



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Água Azul do Norte (PA)**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Água Azul do Norte (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

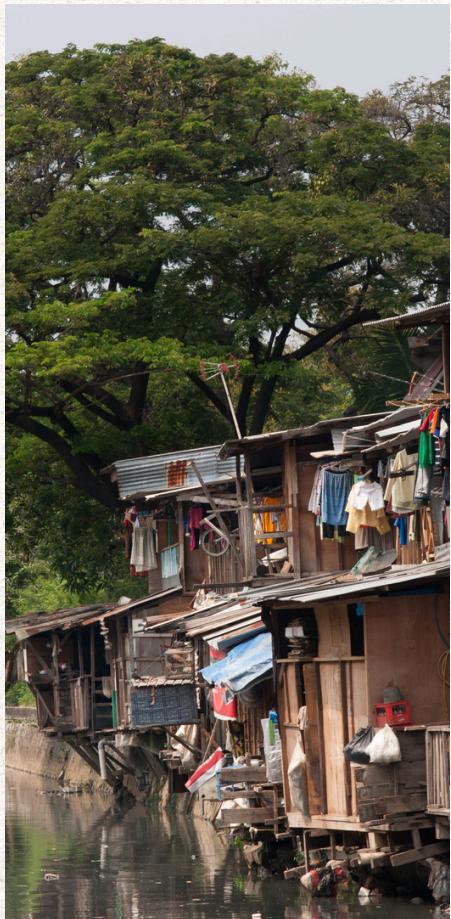


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, os três níveis territoriais analisados – Município de Água Azul do Norte, Região de Integração Araguaia e o estado do Pará – apresentaram relativa estabilidade nas taxas de pobreza, com pequenas oscilações negativas ou positivas. Água Azul do Norte manteve uma taxa próxima a 31%, a RI Araguaia ficou abaixo de 29%, e o estado do Pará oscilou ligeiramente acima de 41%. Esse comportamento sugere um período de contenção relativa da pobreza, possivelmente reflexo de políticas so-

ciais ainda vigentes ou dos impactos iniciais da pandemia da COVID-19 (Gráfico 1).

Em 2022, houve um salto expressivo na taxa de pobreza em todos os níveis. O município de Água Azul do Norte atingiu seu pico com cerca de 65%, superando inclusive os valores do estado e da RI, que chegaram a aproximadamente 59% e 45%, respectivamente. Esse aumento acentuado provavelmente está associado ao agravamento das condições econômicas e sociais no pós-pandemia, marcado por aumento do desemprego, in-

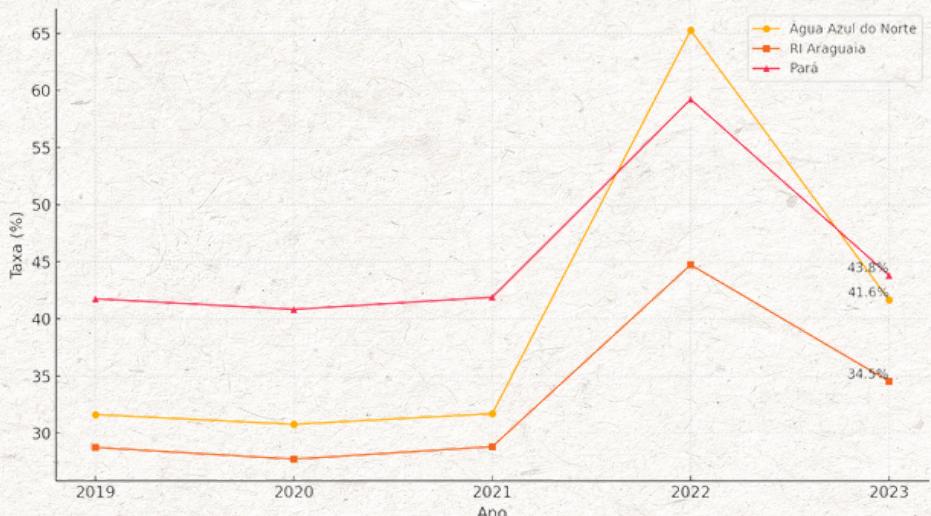




flaçao elevada e redução da renda das famílias vulneráveis (Gráfico 1).

Em 2023, observa-se uma retração da taxa de pobreza, embora os níveis ainda se mantenham superiores aos verificados no início da série histórica. Água Azul do Norte apresentou queda para 41,6%, enquanto a RI Araguaia e o estado do Pará 34,5% e 43,8%, respectivamente. Apesar da melhora, os valores indicam que a recuperação socioeconómica foi parcial, com persistência de desigualdades estruturais e desafios para o retorno aos patamares anteriores à crise (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O percentual de despesas públicas com serviços essenciais apresentou tendência de queda em todos os territórios entre 2019 e 2020, especialmente no município de Água Azul do Norte, que caiu de 60,8% para 57,7%. A Região de Integração Araguaia e o estado do Pará também apresentaram retracções, embora mais discretas, indicando possível reorientação dos gastos públicos durante o primeiro ano da pandemia, possivelmente priorizando ações emergenciais de saúde e assistência (Gráfico 2).

Nos anos seguintes, a série revela certa oscilação, mas com estabilidade em patamares inferiores aos observados no início do período. Em 2021 e 2022, a RI Araguaia manteve valores em torno de 62%, enquanto o estado do Pará variou entre 61,2% e 59,4%. Água Azul do Norte, por sua vez, teve uma leve recuperação em 2022 (58,4%), mas voltou a recuar em 2023 (57,5%), indicando dificuldade na manutenção dos investimentos públicos em áreas essenciais (Gráfico 2).

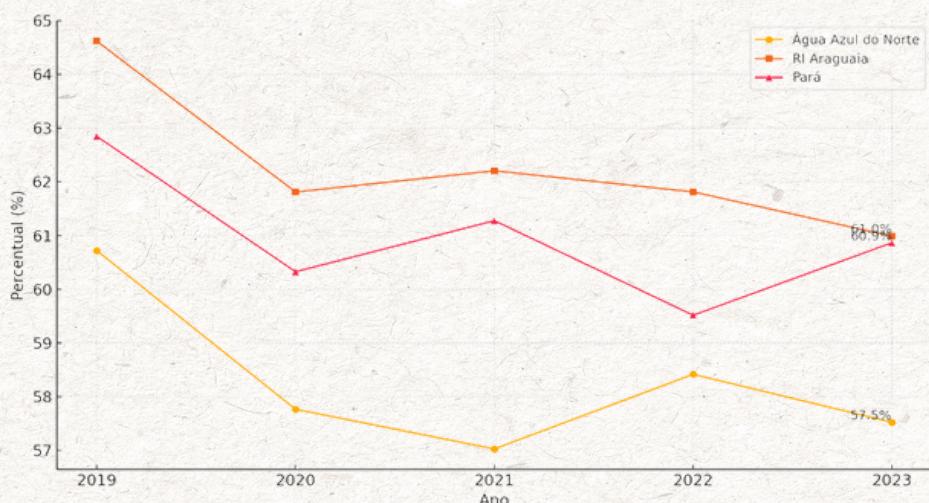
Em 2023, os percentuais voltam a convergir ligeiramente entre os três níveis. Água Azul do Norte registrou 57,5%, a RI Araguaia 61%, e o Pará 60,9%. A tendência de estabilização pode refletir uma reorganização orçamentária em resposta à superação da fase mais crítica da pandemia, mas o patamar ainda abaixo do verificado em 2019 sugere desafios na recomposição plena dos investimentos em serviços essenciais, o que pode influenciar diretamente na mitigação das desigualdades e



na melhoria das condições de vida da população (Gráfico 2).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar da nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

A taxa de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Água Azul do Norte apresentou oscilações significativas entre 2019 e 2023. No início do período, o município registrava 8%, valor acima da média estadual (7,6%) e da RI Araguaia (6,9%). No entanto, houve uma queda expressiva em 2021, atingindo 5,3%, o menor valor da série, o que poderia indicar melhorias temporárias em aspectos relacionados à atenção pré-natal ou à alimentação materna. (Gráfico 3).

Entretanto, a partir de 2022, o indicador passa a registrar crescimento acentuado, alcan-

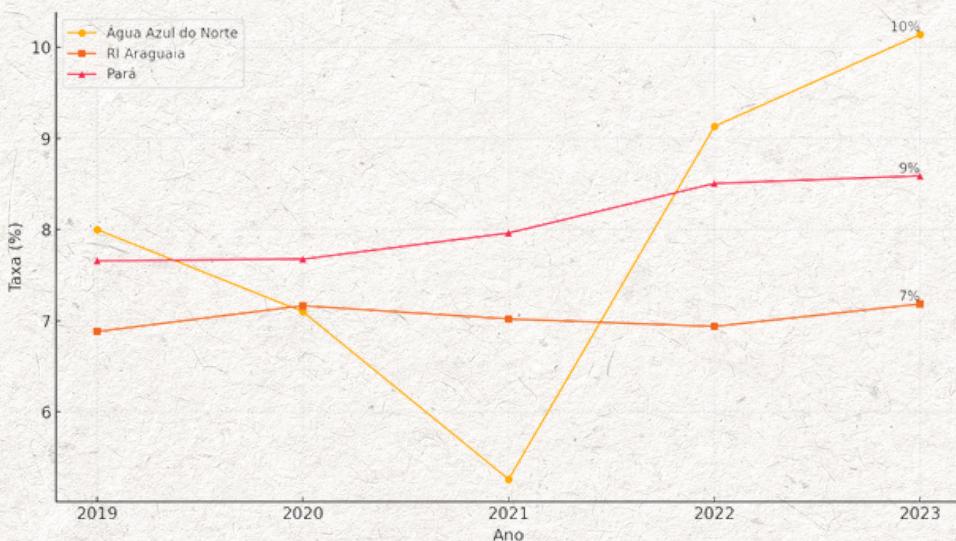
çando 9,2% e depois 10% em 2023, ultrapassando, com folga, os níveis da Região de Integração Araguaia (7%) e do estado do Pará (9%). Esse aumento pode sinalizar retrocessos nas políticas públicas de saúde materno-infantil, carência de acompanhamento pré-natal, ou efeitos indiretos da crise socioeconômica sobre as gestantes, como insegurança alimentar e redução do acesso a serviços básicos (Gráfico 3).

Enquanto isso, tanto a RI Araguaia quanto o Pará mantiveram uma tendência estável, com elevações discretas. A RI oscilou em torno de 7%,

mantendo-se com a menor prevalência da série, e o Pará apresentou crescimento gradual, de 7,6% para 9% no período. A divergência entre a tendência local e as médias regionais e estaduais indica que Água Azul do Norte enfrenta desafios específicos e possivelmente localizados no campo da saúde materno-infantil (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

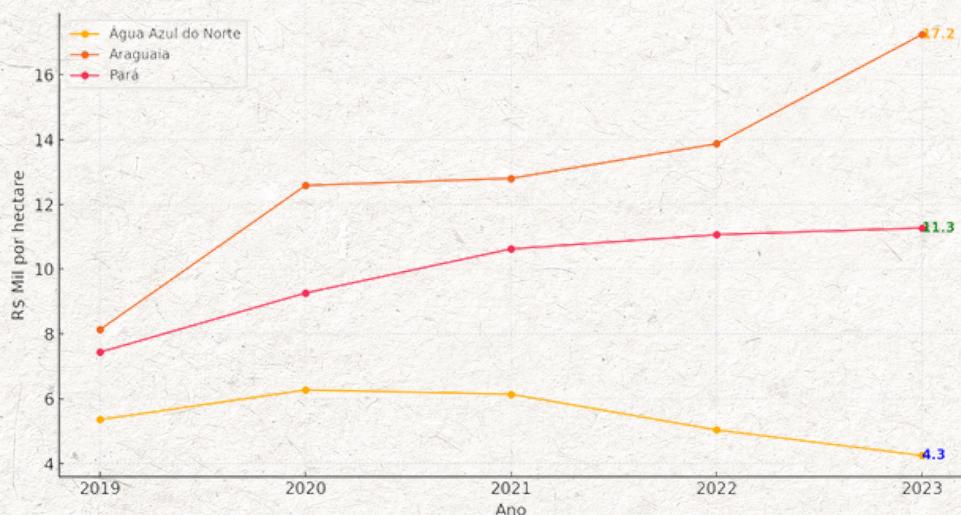
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Água Azul do Norte apresentou trajetória oposta à da prevalência de baixo peso ao nascer, com tendência de queda ao longo do período. Em 2019, o município iniciou com R\$ 5,4 mil por hectare, subindo para R\$ 6,3 mil em 2020, mas passou a declinar progressivamente até atingir R\$ 4,3 mil em 2023. Essa queda pode refletir dificuldades na modernização da produção, impactos climáticos, ou limitações no acesso a insumos e tecnologias agrícolas (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Em contrapartida, tanto a Região de Integração Araguaia quanto o estado do Pará exibiram aumentos consistentes. A RI Araguaia teve um salto expressivo entre 2019 e 2020 (de R\$ 8,1 mil para R\$ 12,6 mil), mantendo crescimento contínuo até alcançar R\$ 17,2 mil por hectare em 2023. O estado do Pará também evoluiu positivamente, saindo de R\$ 7,4 mil em 2019 para R\$ 11,3 mil em 2023. Esses dados indicam avanços importantes na produtividade regional e estadual, provavelmente impulsoados por maior tecnificação e políticas de incentivo à produção (Gráfico 4).

A discrepância entre o desempenho agrícola de Água Azul do Norte e os demais territórios sugere que o município pode estar enfrentando gargalos estruturais ou falta de investimentos específicos no setor agrícola. Enquanto a produtividade regional e estadual cresce, acompanhando tendências de inovação e expansão, o município apresenta retração, o que pode comprometer sua competitividade no setor e, por consequência, sua base econômica local (Gráfico 4).





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

e 14,5 a 15 (Pará), indicando desempenho mais controlado e menos oscilante (Gráfico 5).

No entanto, em 2023, o município apresentou uma reversão significativa na tendência, saltando para 28 óbitos por mil nascidos vivos – valor muito acima da média estadual e regional. Essa elevação abrupta pode refletir problemas pontuais no sistema de saúde local, como descontinuidade de serviços, escassez de profissionais, ou fatores conjunturais adversos como surtos epidêmicos ou aumento da vulnerabilidade socioeconômica da população infantil. O contraste com a estabilidade dos demais territórios reforça a hipótese de fragilidade estrutural local (Gráfico 5).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

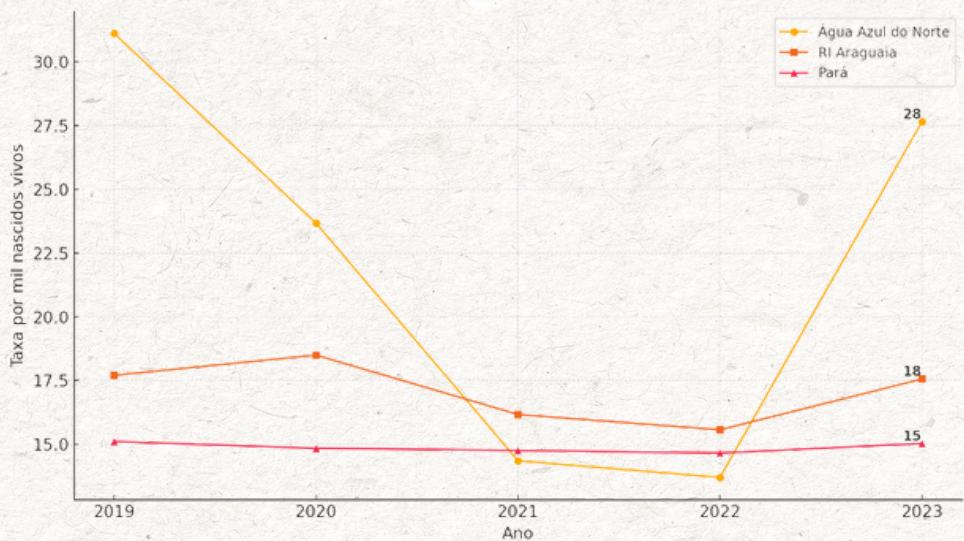
A taxa de mortalidade infantil em Água Azul do Norte apresentou inicialmente um declínio acentuado de 2019 a 2022, passando de um elevado patamar de 31 para 13 óbitos por mil nascidos vivos, refletindo possivelmente melhorias nos serviços de saúde básica, atenção neonatal e ampliação da cobertura de programas de proteção à saúde infantil. No mesmo período, a Região de Integração Araguaia e o estado do Pará mantiveram-se relativamente estáveis, com taxas variando entre 15 e 18 (RI) e 14,5 a 15 (Pará), indicando desempenho mais controlado e menos oscilante (Gráfico 5).





A RI Araguaia oscilou levemente e encerrou 2023 com 18 óbitos por mil nascidos vivos, um leve aumento em relação aos anos anteriores, mas ainda dentro da faixa histórica. Já o Pará manteve sua média em 15, demonstrando relativa eficácia das políticas públicas de saúde materno-infantil em escala estadual. A disparidade entre o município e as demais esferas evidencia a necessidade de uma análise aprofundada sobre os determinantes sociais da saúde infantil em Água Azul do Norte, visando intervenções mais focalizadas (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 28 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, o município de Água Azul do Norte apresentou uma redução preocupante no número de médicos por 10 mil habitantes, passando de 5,5 para 4, o que poderia ter afetado negativamente a qualidade e a cobertura dos serviços de saúde locais. Esse período coincide com o início da pandemia de COVID-19, quando muitas localidades enfrentaram dificuldades na manutenção e atração de profissionais de saúde.

A Região de Integração Araguaia manteve-se estável nesse intervalo, em torno de 4,8, enquanto o estado do Pará teve uma leve alta de 8,5 para 8,9 médicos por 10 mil habitantes (Gráfico 6).

A partir de 2021, houve uma inflexão positiva em Água Azul do Norte, com crescimento contínuo no número de médicos até alcançar 11 por 10 mil habitantes em 2023 – o mesmo nível do estado do Pará. Esse avanço significativo pode estar relacionado a

políticas de interiorização de profissionais, concursos públicos, programas federais como o Mais Médicos, ou iniciativas municipais para atrair médicos com incentivos. Essa ampliação da força de trabalho médica representa uma conquista importante para o município e tende a impactar positivamente os indicadores de saúde a médio e longo prazo (Gráfico 6).

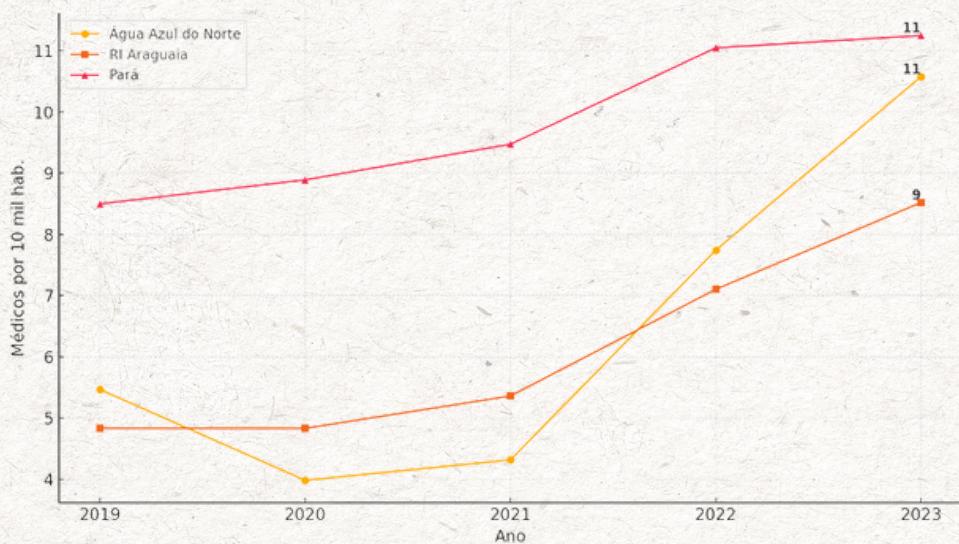


A Região de Integração Araguaia também registrou crescimento no mesmo período, saindo de 5,3 para 9 médicos por 10 mil habitantes em 2023, sinalizando fortalecimento regional da rede assistencial. O estado do Pará, por

sua vez, manteve a trajetória de expansão gradual, atingindo 11,2 médicos por 10 mil habitantes em 2023. O alinhamento entre os três níveis em 2023 evidencia progresso no acesso à atenção médica, mas no caso de Água Azul do

Norte, esse avanço ainda não foi suficiente para conter a recente elevação da mortalidade infantil, sugerindo que o aumento do número de médicos precisa ser acompanhado de melhorias na infraestrutura, insumos e gestão dos serviços (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

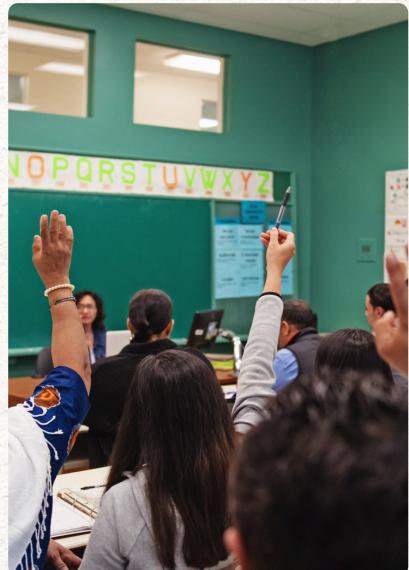
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, o município de Água Azul do Norte manteve um número relativamente baixo de vagas no ensino público por mil habitantes, com leve queda de 107 para 104 em 2020, seguido de um pequeno aumento para 110 em 2021. Esses números indicam uma capacidade limitada de atendimento educacional proporcional à população, contrastando com os valores mais altos e estáveis registrados na Região de Integração Araguaia e no estado do Pará, ambos em torno de 170 a 210 vagas por mil habitantes nesse período (Gráfico 7).

A partir de 2022, observa-se uma expansão significativa da oferta educacional em Água Azul do Norte, que salta de

110 para 162 vagas por mil habitantes, alcançando 169 em 2023. Esse crescimento expressivo pode estar relacionado a investimentos em infraestrutura escolar, ampliação de turnos ou construção de novas unidades educacionais. Apesar do avanço, o município ainda permanece abaixo das médias da RI Araguaia (200) e do estado (198), apontando espaço para expansão contínua (Gráfico 7).

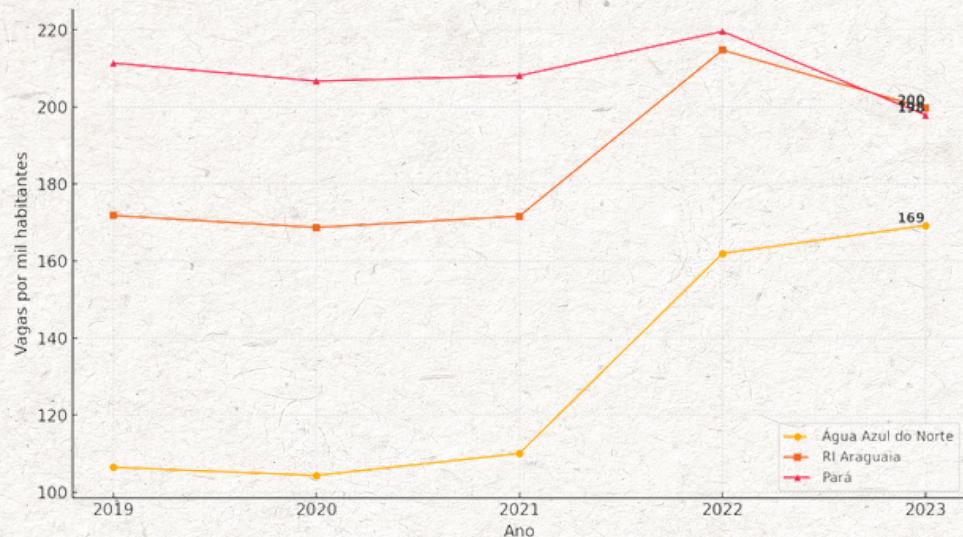
A RI Araguaia e o estado do Pará apresentaram comportamento semelhante ao longo da série, com uma ligeira queda em 2023 após um pico em 2022. A RI variou de 172 em 2019 para 217 em 2022 e recuou para 200 em 2023, enquanto o Pará oscilou de 212 para 219, encerrando em 198.



Essa leve retração pode refletir ajustes demográficos ou orçamentários, mas os níveis ainda se mantêm elevados. O dado reforça que Água Azul do Norte, embora tenha avançado, ainda busca equiparar-se à oferta proporcional de vagas dos demais territórios (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 169 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

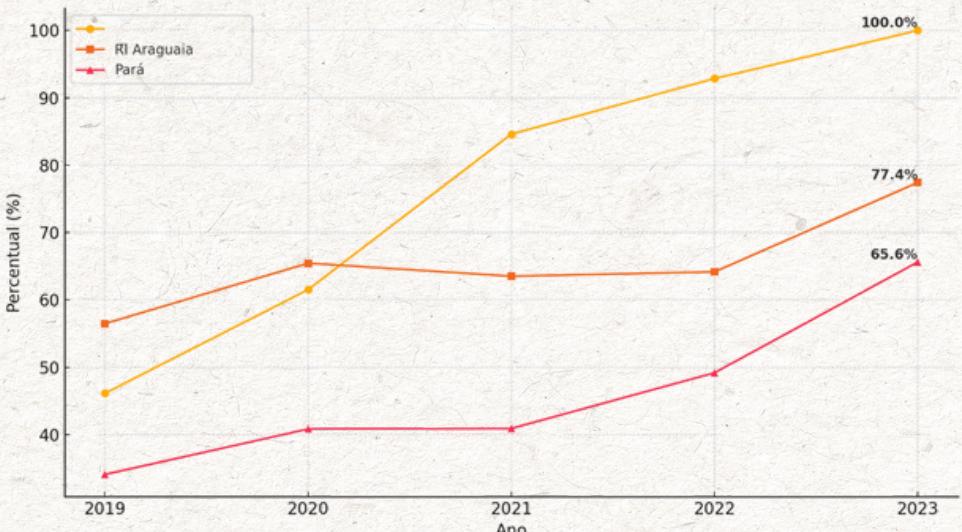
O percentual de escolas com acesso à internet em Água Azul do Norte apresentou evolução notável entre 2019 e 2023. Em 2019, o município registrava 46,5% de escolas conectadas, um valor já acima da média estadual (33,5%) e da RI Araguaia (56%). A partir de então, houve um crescimento contínuo, alcançando 62% em 2020, 85% em 2021 e 93% em 2022, até atingir 100% de cobertura em 2023. Essa universalização do acesso representa um marco relevante na inclusão digital e nas possibilidades de inovação pedagógica local (Gráfico 8).

A Região de Integração Araguaia apresentou um crescimento mais moderado. Após atingir 65% em 2020, os anos seguintes mostraram certa estabilidade, oscilando ligeiramente até alcançar 77,4% em 2023. Já o estado do Pará partiu de um patamar bem inferior (33,5% em 2019) e teve progressos mais lentos, chegando a 41% em 2020 e atingindo 65,6% ao final do período. Apesar da melhora, ainda está consideravelmente atrás dos demais níveis, o que evidencia desigualdades de conectividade intraestadual (Gráfico 8).

A diferença expressiva entre o desempenho de Água Azul do Norte e os demais territórios indica forte priorização da conectividade escolar no município, possivelmente impulsionada por políticas municipais, parcerias institucionais ou recursos externos. Atingir 100% de cobertura em 2023 o posiciona como referência regional nesse quesito, e oferece bases importantes para o fortalecimento do ensino híbrido, da gestão escolar digital e do acesso igualitário à informação por parte dos alunos (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



Em 2019, o município de Água Azul do Norte apresentou uma taxa relativamente baixa de violência contra a mulher por parceiros, com apenas 3 casos por 100 mil habitantes. No entanto, esse número cresceu significativamente em 2020, alcançando 18 casos, e após uma breve redução para 4 casos em 2021, a taxa voltou a subir de forma acentuada nos dois anos seguintes. Em 2022, foram registrados 22 casos por 100 mil habitantes, culminando em um preocupante pico de 50 casos em 2023 – um valor muito superior ao das demais regiões (Gráfico 9).



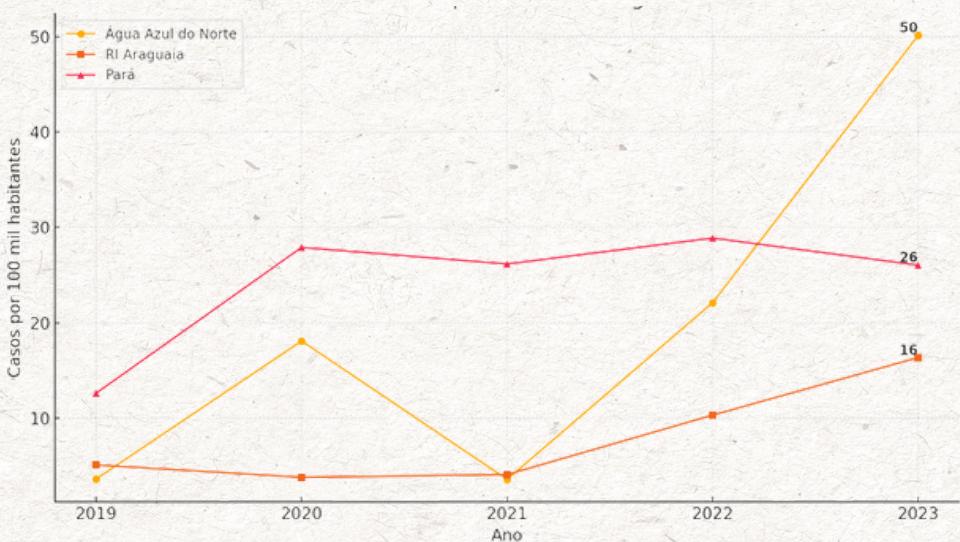
A Região de Integração Araguaia apresentou uma evolução mais contida. Com 5 casos por 100 mil habitantes em 2019, a taxa oscilou levemente, com uma redução em 2020 e 2021 (ambos com cerca de 3 e 4 casos, respectivamente), e um crescimento gradual até atingir 16 casos em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 13 casos em 2019, teve um salto para 28 em 2020, e oscilou entre 26 e

29 nos anos seguintes, encerrando 2023 com 26 casos por 100 mil habitantes. Embora o estado tenha mantido uma taxa alta e constante, o município de Água Azul do Norte ultrapassou significativamente esses patamares (Gráfico 9).

O crescimento acentuado da violência em Água Azul do Norte pode indicar agravamento de fatores estruturais com desigualdades de gêne-

ro, baixa eficácia das políticas de proteção às mulheres, ou falhas na rede de apoio e denúncia. O contraste entre a trajetória explosiva do município e a estabilidade relativa da RI e do estado demanda atenção imediata das autoridades locais, com foco em políticas integradas de enfrentamento à violência doméstica e suporte às vítimas (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

O município de Água Azul do Norte iniciou o período com um percentual relativamente alto de mulheres em cargos gerenciais, atingindo 39% em 2019. Contudo, esse valor caiu drasticamente em 2020, atingindo apenas 27%, o que pode refletir os efeitos iniciais da pandemia sobre o mercado de trabalho feminino, especialmente nos postos de liderança. Em 2021, houve recuperação para 34%, mantendo-se estável em 2022 (33,9%) e subindo novamente em 2023 para 35,9%. Apesar da retomada parcial, o nível ainda é inferior ao início da série (Gráfico 10).

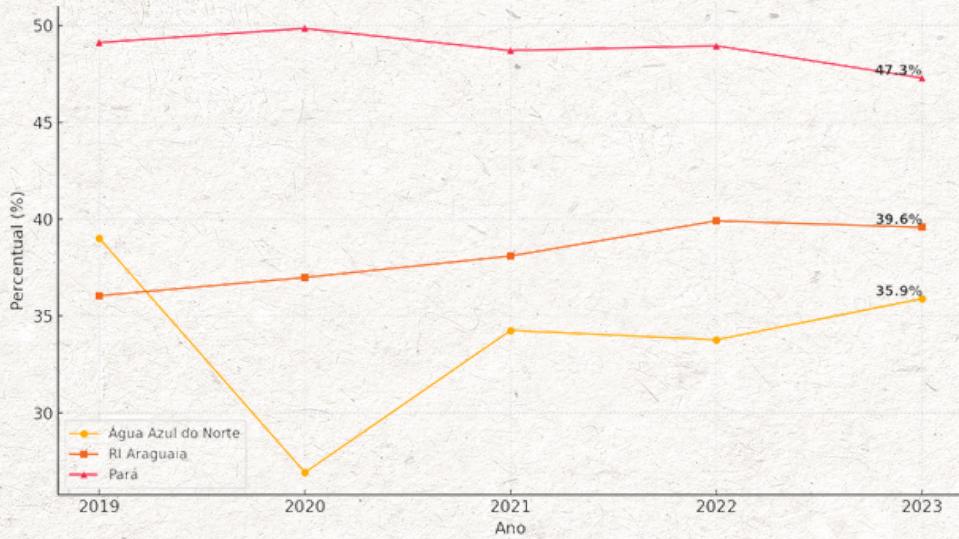




A Região de Integração Araguaia apresentou um crescimento contínuo no percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres, saindo de 36% em 2019 para 39,6% em 2023. Esse movimento demonstra avanços consistentes na inclusão de mulheres em posições de liderança regional. Já o estado do Pará manteve-se em patamares elevados ao longo de todo o período, com variações pequenas em torno de 48% e encerrando 2023 com 47,3%, o que o posiciona à frente dos demais níveis territoriais em termos de igualdade de gênero no mercado de trabalho gerencial (Gráfico 10).

O comportamento do indicador em Água Azul do Norte, com queda abrupta e recuperação lenta, indica que a presença feminina em cargos de chefia ainda é sensível a crises econômicas e sociais. Isso revela a importância de políticas afirmativas e de retenção voltadas à liderança feminina, sobretudo em momentos de instabilidade. A tendência positiva da RI e do estado serve como parâmetro para orientar ações locais que promovam maior equidade de gênero nas esferas de decisão e poder (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 35,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Água Azul do Norte, o percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto se manteve extremamente baixo durante todo o período analisado. Em 2019, apenas 1% dessa população era atendida, crescendo levemente para 1,3% em 2021 e recuando novamente para 1,1% em 2023. A estagnação e o retrocesso nos dados evidenciam a limitação da infraestrutura de saneamento voltada às camadas mais vulneráveis da população, sugerindo baixa prioridade institucional ou restrições orçamentárias para esse público (Gráfico 11).



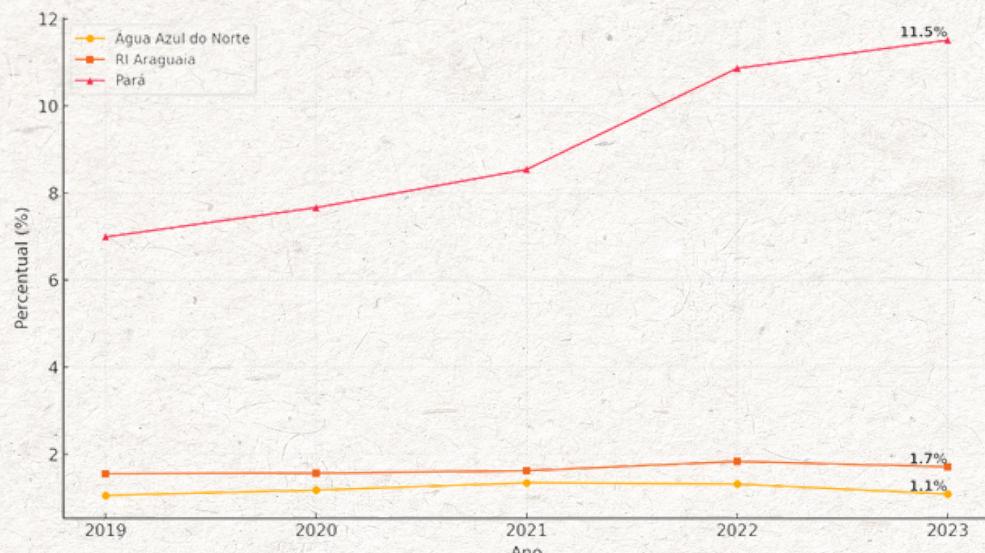
A Região de Integração Araguaia apresentou desempenho ligeiramente superior, mas ainda insatisfatório. O indicador variou entre 1,5% e 1,7% ao longo do período, com pequenas oscilações, encerrando 2023 no mesmo patamar inicial. A estabilidade em níveis tão baixos indica ausência de políticas estruturantes de saneamento básico inclusivo, o que perpetua desigualdades sociais e sanitárias nas comunidades de baixa renda da re-

gião (Gráfico 11). Por outro lado, o estado do Pará demonstrou avanços consideráveis no período. O percentual de cobertura saiu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, revelando uma política estadual mais robusta de inclusão socioambiental no saneamento. O contraste entre a trajetória positiva do estado e a estagnação municipal e regional sugere que Água Azul do Norte e a RI Araguaia não têm acompanhado o ritmo da ex-

pansão estadual, o que reforça a necessidade de necessidade de investimentos direcionados e ações coordenadas para reduzir a desigualdade de acesso aos serviços básicos (Gráfico 11).



Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Água Azul do Norte apresentou variações marcantes e em geral baixos níveis de investimento per capita em saneamento básico. Em 2019, o gasto era de R\$ 15 por habitante, valor que caiu para R\$ 10 em 2020 e chegou a zero em 2021. Ainda que tenha ocorrido uma recuperação nos anos seguintes, com R\$ 5 em 2022 e R\$ 10 em 2023, os níveis de investimento permanecem bastante inferiores aos observados nos demais níveis territoriais, indicando subfinanciamento da política de saneamento local (Gráfico 12).

A Região de Integração Araguaia teve trajetória mais consistente, oscilando entre R\$ 27 e R\$ 50 por habitante. Após uma queda em 2021, os investimentos voltaram a cres-

cer, atingindo seu maior valor em 2023. Isso demonstra maior esforço regional na alocação de recursos para saneamento, o que pode favorecer melhorias estruturais e ampliação dos serviços, ainda que os valores não sejam expressivos quando comparados a contextos ideais (Gráfico 12).

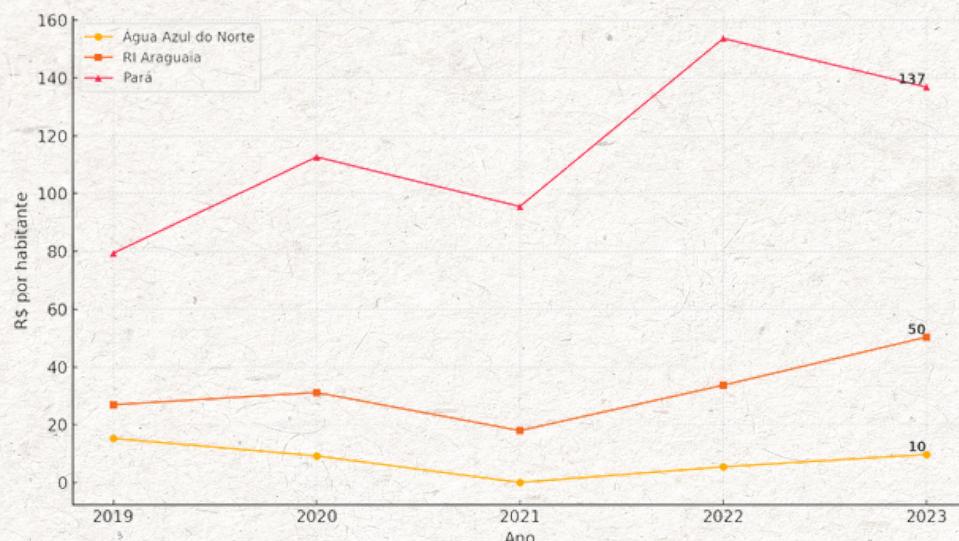
O estado do Pará se destaca com os maiores valores de gasto per capita. Iniciando com R\$ 79,3 em 2019, o investimento atingiu um pico de R\$ 154 em 2022, antes de recuar levemente para R\$ 137 em 2023. Esses dados evidenciam a priorização estadual da agenda de saneamento, em consonância com os avanços verificados na cobertura entre a população de baixa renda.

O abismo entre o gasto estadual e o municipal expõe uma significativa desigualdade na capacidade de resposta das esferas locais frente às demandas por infraestrutura básica, reforçando a importância de repasses, programas específicos e parcerias intergovernamentais (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



O consumo de energia elétrica per capita em Água Azul do Norte apresentou uma trajetória de crescimento notável ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava 769 kWh por habitante, subindo para 899 em 2020 e 1153 em 2021. A partir de 2022, o consumo disparou significativamente, atingindo 2243 kWh e chegando a expressivos 2844 kWh por habitante em 2023.



Esse aumento abrupto pode estar associado à expansão da infraestrutura elétrica, crescimento de atividades produtivas e urbanas, ou maior inclusão de domicílios ao sistema regular de energia (Gráfico 13).

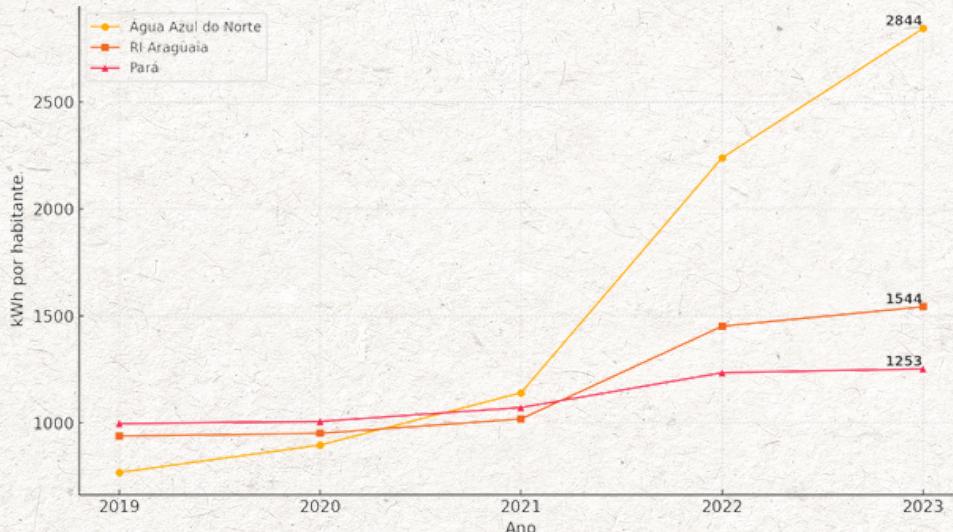
A Região de Integração Araguaia também apresentou crescimento, embora em ritmo menos acentuado. Saiu de 939 kWh por habitante em 2019 para 1.544 em 2023, com maior aceleração a partir de 2022. Já o estado do Pará teve aumento mais moderado e constante, partindo de 998 kWh em 2019 e chegando a 1.253 em 2023. A

diferença entre a curva de crescimento de Água Azul do Norte e as demais esferas evidencia um destaque regional no avanço do consumo, que pode indicar maior dinamismo econômico local, mas também demanda atenção para possíveis impactos ambientais e exigências sobre a rede elétrica (Gráfico 13).

É importante destacar que o aumento no consumo per capita não significa necessariamente melhora nas condições de vida da população, podendo refletir maior dependência de equipamentos elétricos ou de-

sigualdade no acesso. No entanto, quando combinado com a redução no uso de fontes alternativas precárias (como a iluminação fóssil), pode indicar avanços em inclusão energética. A tendência crescente do município exige planejamento energético sustentável para garantir que o crescimento seja compatível com os princípios de eficiência e acesso equitativo (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2.844 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

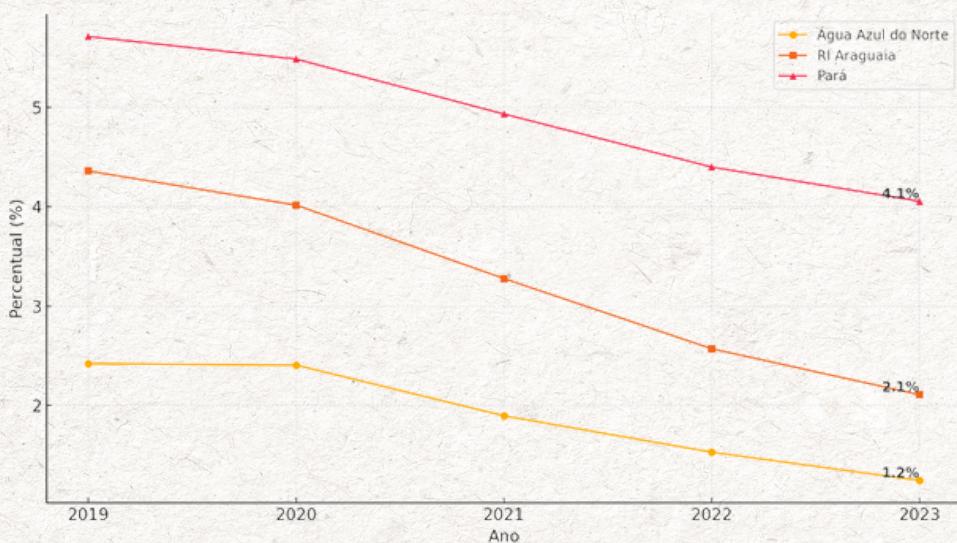
O percentual de domicílios de baixa renda que ainda utilizavam iluminação fóssil (como lamparinas a querosene ou velas) apresentou queda consistente em Água Azul do Norte entre 2019 e 2023. Em 2019 e 2020, o índice estava em 2,4%, reduzindo-se para 1,9% em 2021, 1,5% em 2022, e alcançando apenas 1,2% em 2023. Essa trajetória descendente indica progressos importantes na universalização do acesso à energia elétrica, especialmente entre a população mais vulnerável (Gráfico 14).



A Região de Integração Araguaia também apresentou tendência de redução, saindo de 4,4% em 2019 para 2,1% em 2023. Embora os valores absolutos sejam mais altos que os do município, a direção é semelhante e sugere expansão regional da infraestrutura elétrica ou de programas de regularização e apoio a famílias de baixa renda. Já o estado do Pará começou com o maior percentual, 5,7% em 2019, e encerrou 2023 com 4,1%, revelando uma queda menos acentuada, mas ainda positiva (Gráfico 14).

Apesar de os níveis estaduais permanecerem relativamente elevados, os dados municipais de Água Azul do Norte mostram avanço expressivo no combate à exclusão energética. A queda contínua da dependência de fontes fósseis representa ganho ambiental, de segurança e de dignidade para as famílias envolvidas. Tais resultados reforçam a importância de políticas públicas locais bem direcionadas, como tarifas sociais, programas de extensão de rede elétrica e inclusão de comunidades isoladas (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2020, o município de Água Azul do Norte apresentou uma leve retração na taxa de empregos formais por mil habitantes, passando de 77 para 69, enquanto tanto a Região de Integração Araguaia quanto o estado do Pará mantiveram-se relativamente estáveis no período, com pequenas oscilações em torno de 97 e 124, respectivamente. Esse desempenho modesto no município pode ter sido reflexo da desaceleração econômica associada ao início da pandemia da COVID-19, que impactou fortemente o mercado de trabalho, especialmente em regiões com menor diversificação econômica (Gráfico 15).

A partir de 2021, Água Azul do Norte iniciou uma trajetória de crescimento expressivo na geração de empregos formais

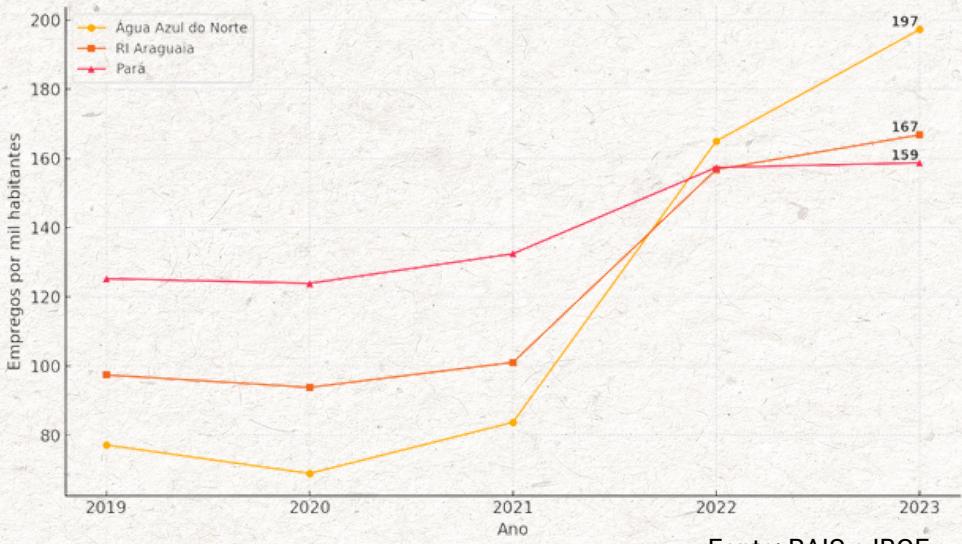
saltando para 84 empregos por mil habitantes e, posteriormente, para 165 em 2022 e 197 em 2023 – o maior valor entre os três níveis analisados. Essa tendência indica uma forte recuperação e expansão do mercado de trabalho formal no município, provavelmente impulsionada por investimentos locais, fortalecimento de setores produtivos estratégicos ou políticas públicas voltadas ao emprego formal. A Região de Integração Araguaia e o estado do Pará também apresentaram crescimento, mas em ritmo mais moderado, encerrando 2023 com 167 e 159 empregos formais por mil habitantes, respectivamente (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes



A convergência e posterior superação das médias regionais e estaduais por parte de Água Azul do Norte demonstram um avanço consistente em sua estrutura ocupacional. Essa mudança de patamar pode representar não apenas recuperação, mas também consolidação de novos arranjos econômicos locais. No entanto, é importante observar a sustentabilidade desse crescimento ao longo do tempo, com foco na qualidade dos postos de trabalho criados, na diversificação setorial e no fortalecimento de cadeias produtivas locais para garantir resiliência frente a possíveis crises futuras (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 197 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



Pará (R\$ 33.954) no final da série, refletindo possível dinamização econômica local, com ampliação de atividades produtivas e ganhos de produtividade (Gráfico 16).

A Região de Integração Araguaia também demonstrou crescimento consistente no

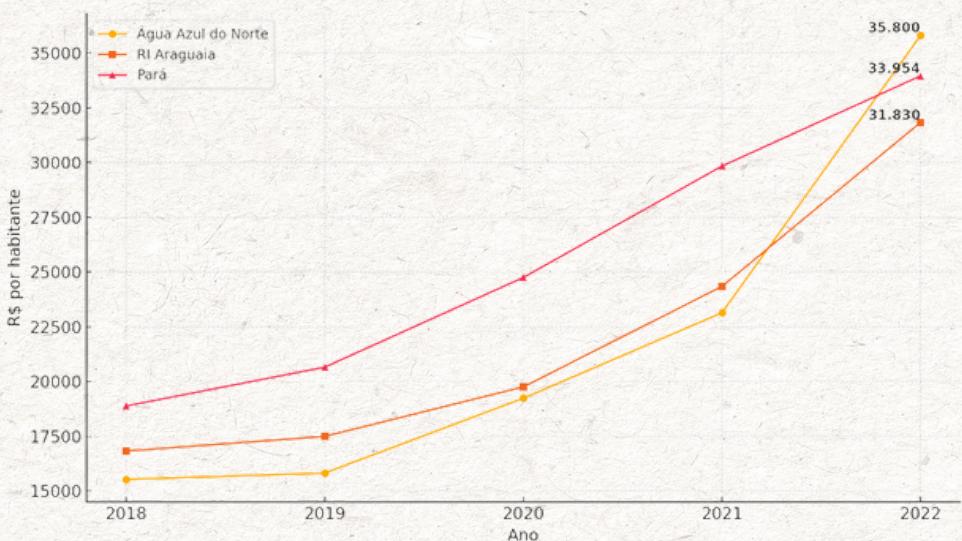
PIB per capita, embora em patamar ligeiramente inferior ao estadual. Em 2018, o valor estava em torno de R\$ 16.800 e evoluiu até R\$ 31.830 em 2022, dobrando ao longo do período. Esse ritmo constante sugere consolidação de setores econômicos estratégicos na região, com destaque potencial para atividades ligadas à agropecuária, mineração ou transformação, que são relevantes no sudeste paraense (Gráfico 16).

O PIB per capita do município de Água Azul do Norte apresentou crescimento constante e expressivo no período de 2018 a 2022. Iniciando em cerca de R\$ 15.527 por habitante em 2018, o indicador avançou de forma moderada até 2020, quando chegou a R\$ 19.300, e passou a crescer em ritmo acelerado nos dois anos seguintes, atingindo R\$ 23.100 em 2021 e alcançando um pico de R\$ 35.800 em 2022. Esse avanço significativo superou o desempenho tanto da Região de Integração Araguaia (R\$ 31.830) quanto do estado do



No âmbito estadual, o Pará partiu de um patamar superior aos demais em 2018 (R\$ 18.800), e seu crescimento foi igualmente robusto, encerrando o período com R\$ 33.954 por habitante. Esse desempenho reflete o fortalecimento da economia paraense nos setores de base extrativista e industrial, impulsionados por grandes projetos. Apesar do crescimento estadual, o destaque de Água Azul do Norte em 2022 revela uma aceleração local recente acima da média, que, se sustentada, pode elevar a competitividade e renda da população do município frente aos demais territórios (Gráfico 16).

Gráfico 16 - PIB per capita, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 35.800/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O indicador de Valor Adicionado da Indústria como percentual do PIB de Água Azul do Norte se manteve relativamente estável ao longo do período, com pequenas oscilações. Em 2018, o valor era de 19,1%, variando levemente para 18,9% em 2019, atingindo 20,7% em 2020, e recuando novamente para 19,1% em 2021 e 19,9% em 2022. Esses números sugerem que a participação da indústria na composição econômica do município tem se mantido constante, indicando que outros setores também têm influenciado o crescimento do PIB local, sem que a indústria ampliasse seu protagonismo proporcional (Gráfico 17).

A Região de Integração Araguaia apresentou uma evolução mais clara, com crescimento contínuo do valor adicionado industrial, passando de 13,9% em 2018 para 18,6% em 2022. Isso revela um fortalecimento do setor industrial na região, possivelmente impulsionado por investimentos em cadeias produtivas regionais, polos de transformação ou incentivos fiscais. A aproximação entre os valores da RI e do município pode indicar que Água Azul do Norte não tem acompanhado o mesmo ritmo de expansão industrial proporcional, apesar do forte crescimento do seu PIB per capita (Gráfico 17).

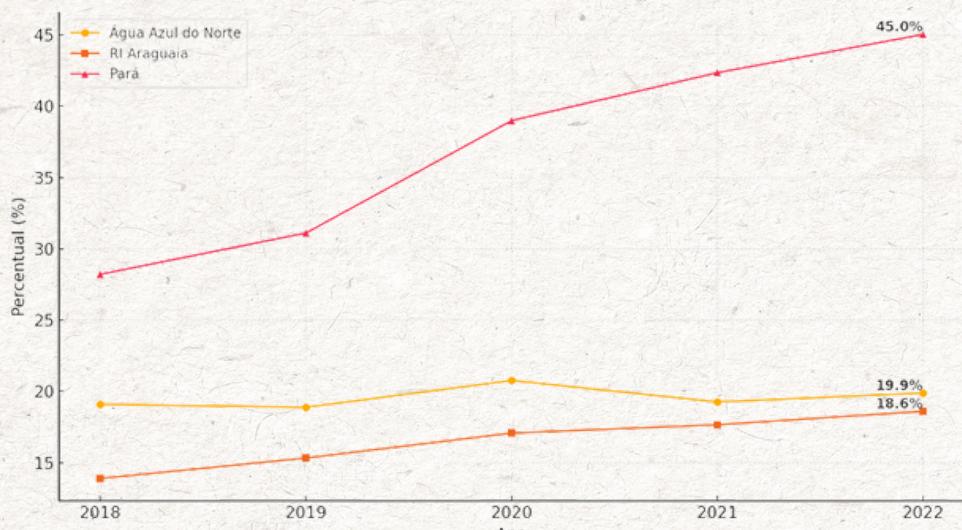
Já o estado do Pará demons-

trou crescimento expressivo na participação da indústria no PIB, com um salto de 28,2% em 2018 para 45% em 2022. Esse avanço é indicativo da relevância crescente das atividades industriais no estado, especialmente as ligadas à mineração, siderurgia e produção de energia. O contraste com o município evidencia que, embora Água Azul do Norte tenha apresentado um forte crescimento econômico, esse avanço não foi acompanhado por uma expansão equivalente do setor industrial como motor principal do desenvolvimento, o que pode sinalizar predominância de setores como serviços ou agropecuária na composição local do PI (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, o município de Água Azul do Norte apresentou uma queda no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes, passando de 6,9 para 5,1. Esse recuo pode estar associado a limitações na atração e retenção de pessoal qualificado, descontinuidade de políticas de incentivo à ciência ou impacto da pandemia sobre setores técnico-científicos locais.



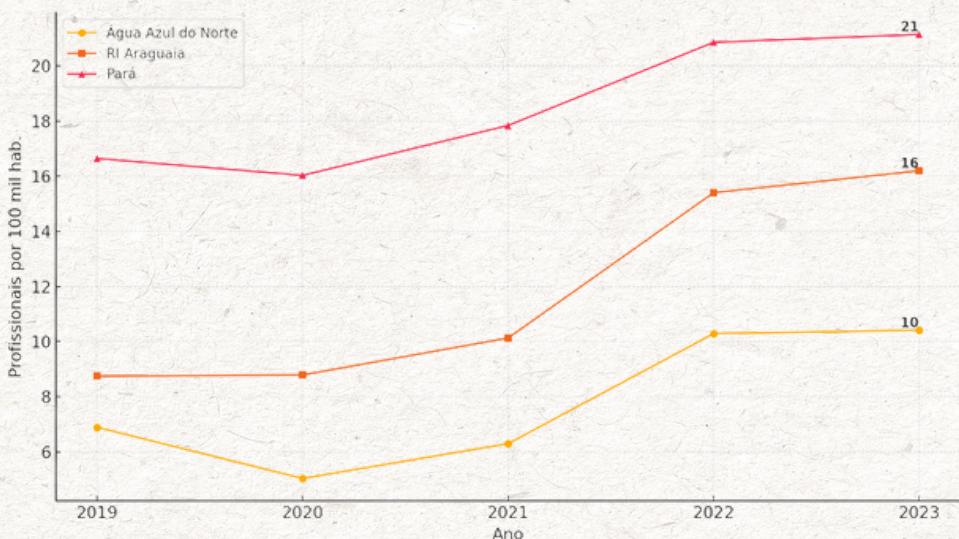
A Região de Integração Araguaia manteve estabilidade nesse mesmo período (8,8 profissionais), enquanto o estado do Pará registrou leve redução, de 16,7 para 16,1, refletindo os desafios de manutenção de quadros científicos durante crises econômicas e sanitárias (Gráfico 18).

A partir de 2021, houve retomada do crescimento no município, com o indicador subindo para 6,3 e depois para 10,2 em 2022, mantendo-se nesse nível em 2023. Esse avanço expressivo indica uma possível reestruturação ou fortalecimento de instituições locais voltadas à ciência e tecnologia, como centros de pesquisa, polos educacionais ou órgãos públicos de planejamento e inovação. Apesar da recuperação, Água Azul do Norte ainda permanece abaixo das médias da RI Araguaia (16) e do estado (21), que também apresentaram expansão relevante a partir de 2021 (Gráfico 18).



A Região de Integração Araguaia teve crescimento mais acelerado a partir de 2021, saltando de 10,1 para 15,5 em 2022 e atingindo 16 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2023, evidenciando avanços mais expressivos que o município. Já o estado do Pará lidera o indicador, alcançando 21,2 em 2023 após crescimento consistente ao longo dos anos, o que reflete provavelmente investimentos mais robustos em pesquisa e desenvolvimento, apoio a universidades públicas e expansão de programas de formação científica. O cenário indica que, embora Água Azul do Norte tenha avançado, ainda enfrenta o desafio de consolidar uma base científica estável e comparável às demais esferas territoriais (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





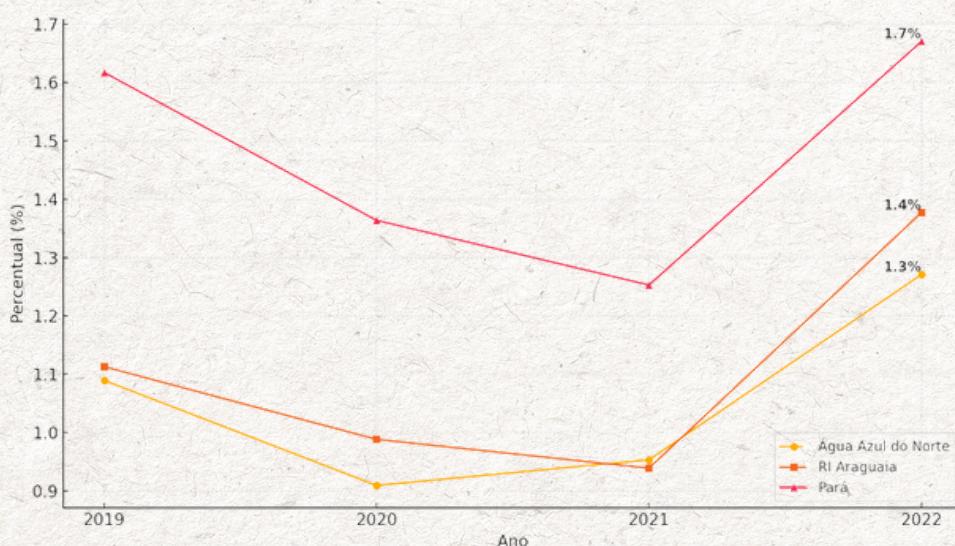
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2020, o indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB apresentou queda em todos os níveis territoriais analisados. Em Água Azul do Norte, a participação caiu de 1,09% para 0,91%, enquanto na Região de Integração Araguaia o recuo foi de 1,11% para 0,99%. No estado do Pará, a retração foi mais acentuada, passando de 1,62% para 1,36%. Essa tendência descendente indica que, nesse período, a remuneração dos trabalhadores formais cresceu menos do que o PIB total – possivelmente em razão da retração econômica e das medidas emergenciais da pandemia da COVID-19, que impactaram fortemente o mercado formal de trabalho (Gráfico 19).

Em 2021, o indicador seguiu em patamar reduzido, com leve recuperação em Água Azul do Norte (0,96%) e queda adicional na RI Araguaia (0,95%) e no Pará (1,26%). Esses dados sugerem uma recuperação ainda tímida da renda formal em comparação ao desempenho geral da economia. Apesar da retomada parcial da atividade econômica no pós-pandemia, o crescimento do PIB parece ter sido puxado por setores de alta produtividade, como mineração ou agronegócio, que empregam proporcionalmente menos mão de obra formal ou praticam salários médios menores em relação ao volume de valor adicionado (Gráfico 19).

Em 2022, observa-se uma inflexão positiva em todos os territórios. A massa salarial formal voltou a ganhar peso no PIB, atingindo 1,3% em Água Azul do Norte, 1,4% na RI Araguaia e 1,7% no estado do Pará. Esse crescimento sinaliza um fortalecimento do mercado de trabalho formal, com geração de empregos e melhora salarial mais alinhada ao desempenho econômico geral. Apesar de o estado ainda se manter à frente, os ganhos do município e da região indicam avanços importantes em termos de formalização e valorização do trabalho, o que pode favorecer a redução de desigualdades e o fortalecimento da economia local (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O município de Água Azul do Norte apresentou um crescimento gradual e expressivo no número de linhas móveis por 100 habitantes ao longo do período de 2019 a 2023. Em 2019 e 2020, o indicador se manteve estável em 21 linhas, refletindo uma cobertura limitada e possível exclusão digital. A partir de 2021, observa-se uma aceleração no acesso, com o número subindo para 26 linhas, depois para 42 em 2022 e finalmente 46 em 2023. Embora ainda distante da média estadual, essa trajetória representa um avanço importante na conectividade e acesso à comunicação (Gráfico 20).

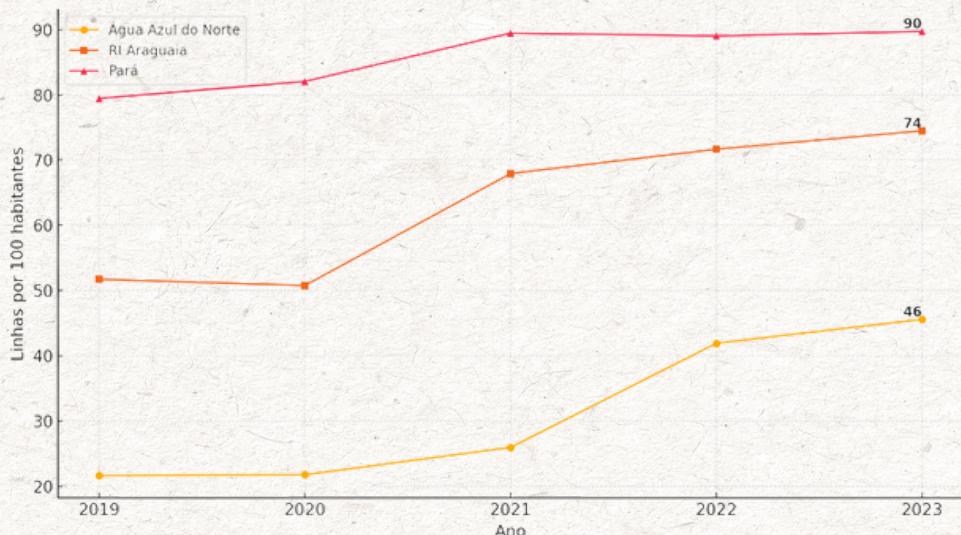
A Região de Integração Araguaia iniciou o período em patamar mais elevado, com 52 linhas por 100 habitantes em 2019, mantendo-se estável em 2020 e apresentando forte crescimento em 2021, chegando a 68 linhas, com continuidade da tendência positiva até atingir 74 em 2023. Esse desempenho reforça a ampliação regional da infraestrutura de telefonia móvel, essencial para inclusão digital, acesso a serviços públicos e dinamização econômica, especialmente em áreas fora dos grandes centros (Gráfico 20).





O estado do Pará manteve-se consistentemente à frente dos demais níveis, começando com 79,7 linhas por 100 habitantes em 2019 e alcançando 90 em 2023. Esse crescimento mais modesto, porém, contínuo, reflete a já alta cobertura e consolidação do serviço nas regiões mais urbanizadas. O contraste entre os níveis demonstra que, embora Água Azul do Norte tenha avançado significativamente, ainda enfrenta desafios para atingir padrões mais amplos de conectividade, o que pode limitar o acesso à informação, à educação a distância e a serviços digitais (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 46 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Água Azul do Norte, os gastos públicos per capita com cultura e gestão ambiental tiveram forte crescimento entre 2019 e 2022. O município iniciou com R\$ 56 por habitante em 2019, elevando-se para R\$ 93 em 2020 e para R\$ 159 em 2021, alcançando o pico de R\$ 270 em 2022. Esse aumento expressivo pode estar associado a projetos culturais locais, investimentos em infraestrutura ambiental ou execução de políticas públicas financiadas por transferências intergovernamentais ou recursos próprios. Em 2023, houve uma queda para R\$ 178, que,

embora represente recuo, ainda indica um patamar de gasto superior ao da maioria dos anos anteriores (Gráfico 21).

A Região de Integração Araguaia também demonstrou crescimento ao longo do período, saindo de R\$ 56 em 2019 para R\$ 140 em 2023. Apesar de um leve recuo em 2021, o crescimento foi retomado com intensidade a partir de 2022, sinalizando valorização crescente das áreas de cultura e meio ambiente no planejamento regional. Essa evolução revela um alinhamento com políticas de desenvolvimento

sustentável e de incentivo à produção cultural local (Gráfico 21).

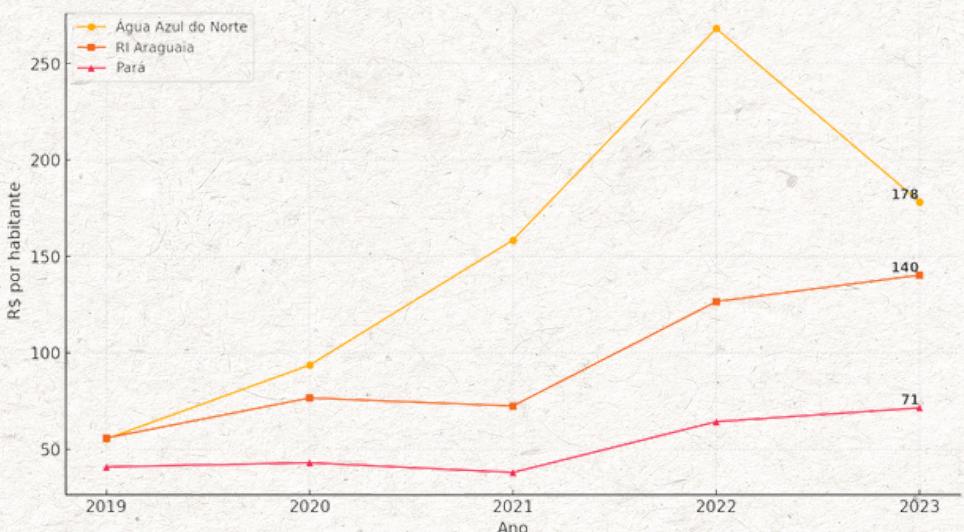
O estado do Pará, por sua vez, partiu de um valor bastante inferior (R\$ 40 por habitante em 2019), e cresceu de forma mais lenta e contida, chegando a R\$ 71 em 2023. O ritmo mais moderado de crescimento pode indicar limitações orçamentárias ou prioridades concentradas em outras áreas, ainda que haja esforço de valorização dos setores analisados. Diante disso, Água Azul do Norte destaca-se no cenário estadual pela intensidade dos in-



vestimentos culturais e ambientais, o que pode contribuir para o fortalecimento da identidade local, proteção do patrimônio natural e inclusão sociocultural da população (Gráfico 21).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 178/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



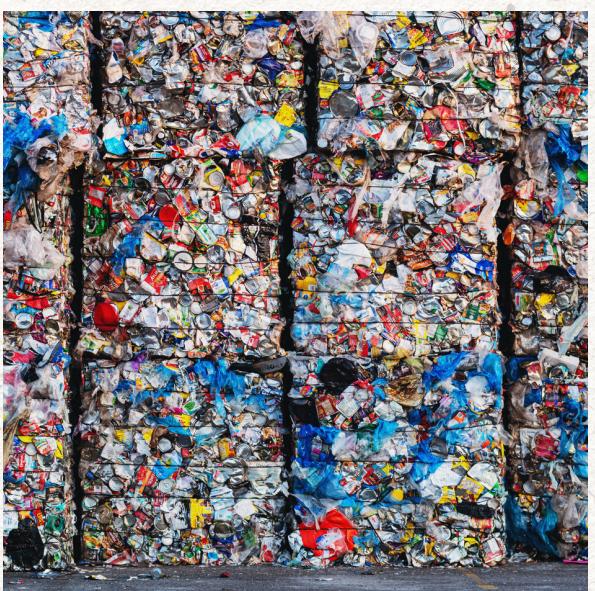
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





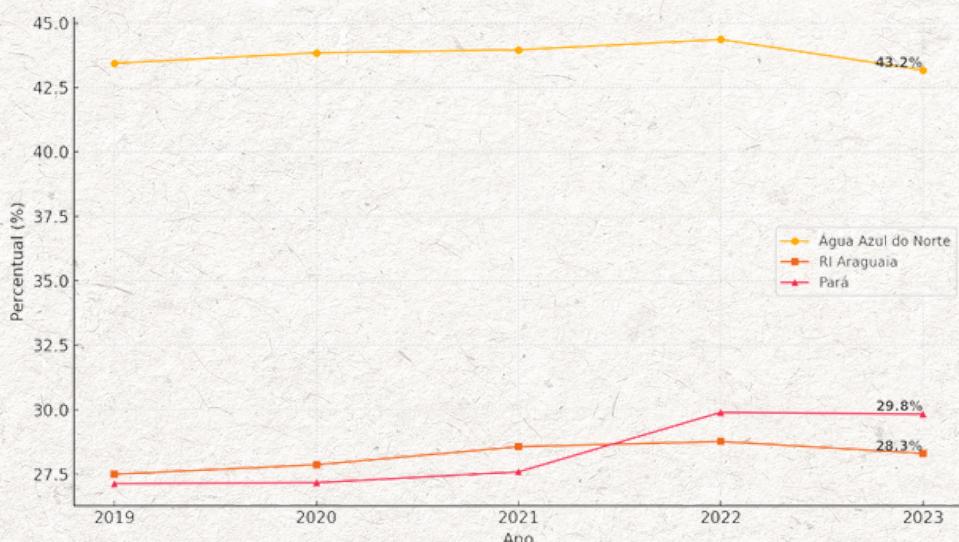
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Água Azul do Norte, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo permaneceu elevado durante todo o período analisado, oscilando levemente em torno de 43% a 44%. Em 2019, o indicador já estava em 43,3%, subindo discretamente até atingir 44,3% em 2022, com uma pequena queda para 43,2% em 2023. Esses valores indicam a persistência de práticas informais de destinação de resíduos entre a população vulnerável, revelando deficiências na cobertura de serviços públicos de coleta ou ausência de alternativas acessíveis para o descarte adequado (Gráfico 22).

A Região de Integração Araguaia apresentou um crescimento mais suave no mesmo período, saindo de 27,5% em 2019 para 28,3% em 2023, com leve oscilação. Apesar de os níveis serem mais baixos que os do município, a estabilidade do indicador mostra que o problema é persistente também em âmbito regional. Já no estado do Pará, o percentual subiu de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2022 e se manteve nesse patamar em 2023, evidenciando um crescimento preocupante no uso de práticas inadequadas de destinação de lixo entre a população mais pobre (Gráfico 22).

O fato de Água Azul do Norte apresentar percentuais consistentemente acima das médias regional e estadual indica uma situação crítica de exclusão ambiental. A manutenção de práticas como queima e enterro de lixo acarreta riscos à saúde pública e ao meio ambiente, especialmente em comunidades com menor infraestrutura. Isso aponta para a urgência de políticas de saneamento inclusivas, ampliação da coleta seletiva e educação ambiental voltada à população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

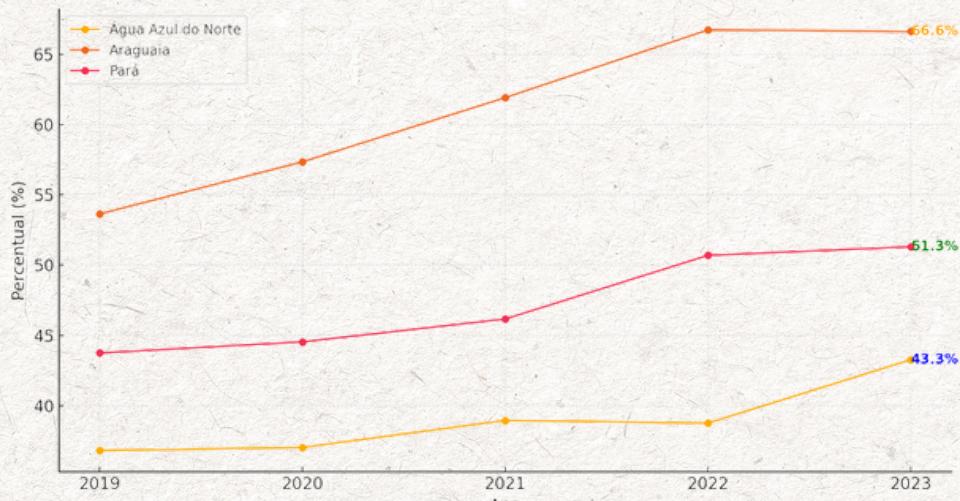
O município de Água Azul do Norte mostrou uma tendência de crescimento gradual no percentual da população de baixa renda que utiliza fossas rudimentares. Em 2019, o índice era de 36,7% e permaneceu praticamente estável até 2021. A partir de 2022, houve um salto mais acentuado, chegando a 43,3% em 2023. Esse aumento pode indicar tanto crescimento demográfico em áreas desassistidas quanto expansão urbana desordenada, sem o acompanhamento da infraestrutura de saneamento adequada (Gráfico 23).

Na Região de Integração Araguaia, os níveis foram consistentemente mais altos, partindo de 69% em 2019 e alcançando 66,6% em 2022 e 2023. Esse padrão sugere que o uso de fossas rudimentares é uma prática generalizada entre a população de baixa renda da região, representando uma forma precária e potencialmente insalubre de destinação de esgoto, com implicações diretas na saúde pública e na contaminação do solo e dos recursos hídricos (Gráfico 23).

O estado do Pará, por sua vez, iniciou com 43,8% em 2019 e

chegou a 51,3% em 2023, com aumento mais acentuado entre 2021 e 2022. Isso reflete uma fragilidade estrutural na universalização do saneamento, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. Os dados demonstram que, embora Água Azul do Norte tenha percentuais abaixo da média regional, a tendência de crescimento no uso de fossas rudimentares indica a necessidade urgente de investimentos em sistemas coletivos de esgotamento sanitário que incluam as populações periféricas e rurais (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



Gastos per capita com prevenção de desastres

Áqua Azul do Norte apresentou inicialmente altos investimentos per capita em prevenção de desastres, partindo de R\$ 601 em 2019 e atingindo um pico de R\$ 813 em 2020. Esse aumento pode estar relacionado a ações emergenciais ou programas de preparação estrutural diante de riscos ambientais. A partir de 2021, no entanto, observa-se uma trajetória de queda contínua, com os valores diminuindo para R\$ 759, R\$ 697 e, finalmente, R\$ 175 em 2023 – um recuo que

pode indicar mudanças de prioridades orçamentárias, esgotamento de financiamentos temporários ou redução da capacidade fiscal local (Gráfico 24).

Enquanto isso, a Região de Integração Araguaia apresentou comportamento mais estável e ascendente no longo prazo. Iniciou com R\$ 222 em 2019, teve um leve pico em 2020 (R\$ 312), queda em 2021 (R\$ 253), mas cresceu de forma expressiva até alcançar R\$ 445 em 2023. O estado do Pará seguiu padrão seme-

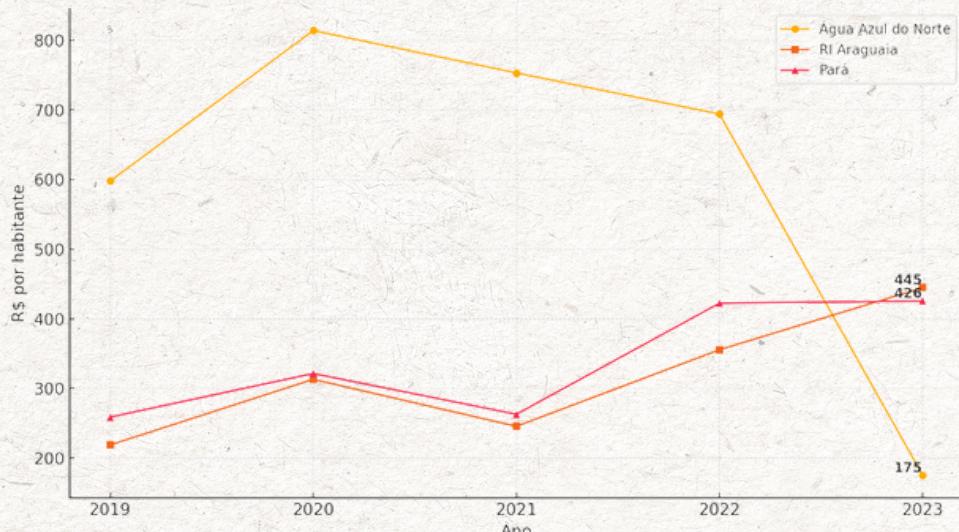


lhante: após sair de R\$ 262 em 2019, alcançou R\$ 426 em 2023. Esses dados sugerem um fortalecimento progressivo das políticas regionais e estaduais voltadas à redução de riscos, em contraste com o recuo municipal recente (Gráfico 24).

O declínio expressivo dos gastos em Água Azul do Norte no último ano da série deve ser interpretado com atenção, pois pode refletir vulnerabilidade crescente da população local frente a eventos extremos como enchentes, deslizamentos ou secas. A divergência en-

tre os investimentos municipais e os esforços estaduais/regionais evidencia um possível desequilíbrio na capacidade de resposta a desastres, indicando a necessidade de reavaliação das estratégias locais de resiliência e proteção civil (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 175/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de Água Azul do Norte registrou valores muito baixos e irregulares de investimento per capita em preservação aquática ao longo de todo o período. Em 2019, o gasto foi quase nulo, subindo para apenas R\$ 7 em 2020, e recuando novamente para valores inferiores a R\$ 3 entre 2021 e 2023. Em 2023, o município investiu apenas R\$ 1 por habitante nessa área. Esses dados refletem uma ausência significativa de priorização ambiental voltada aos corpos hídricos, o que pode comprometer a qualidade dos recursos naturais e os serviços ecossistêmicos locais (Gráfico 25).



A Região de Integração Araguaia teve um comportamento mais expressivo, embora também marcado por instabilidade. Em 2019, foram R\$ 28 por habitante, saltando para R\$ 216 em 2020, provavelmente por conta de ações específicas ou aportes excepcionais. Após essa alta, houve queda acentuada para R\$ 22 em 2021, estabilizando-se em torno de R\$ 24 em 2023.

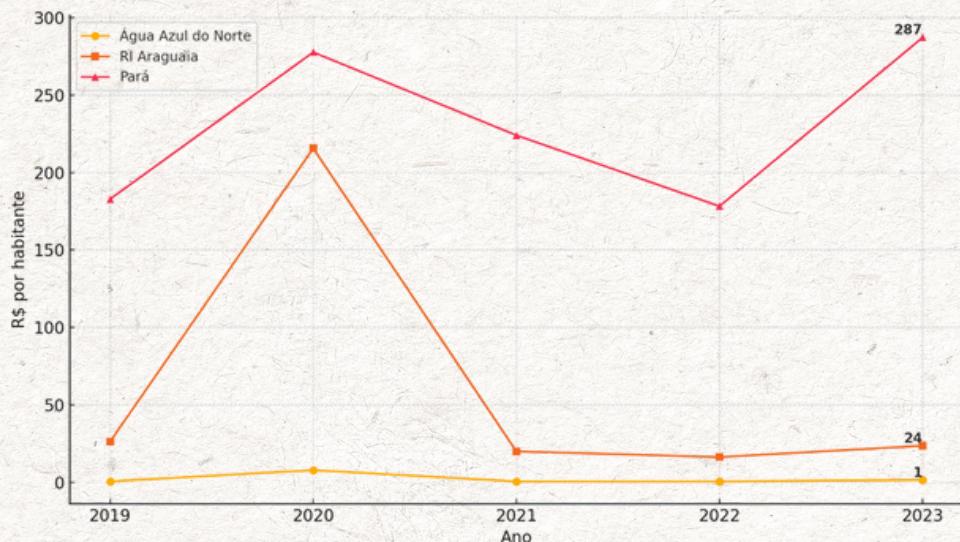
Apesar da redução, a RI mantém um padrão de investimento muito superior ao do município, indicando maior compromisso com a preservação hídrica em nível regional (Gráfico 25).

O estado do Pará demonstrou consistência e robustez nesse tipo de gasto, com aumento expressivo ao longo do período. Os investimentos saltaram de R\$ 184 por habitante em



2019 para R\$ 287 em 2023, reforçando a tendência de ampliação de políticas públicas ambientais focadas na conservação de rios, lagos e mananciais. A discrepância entre os níveis de gasto estadual e municipal evidencia um descompasso entre os esforços locais e o planejamento ambiental macro, sugerindo que Água Azul do Norte necessita incorporar com mais vigor a agenda de sustentabilidade hídrica em seu orçamento e plano de ação (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Água Azul do Norte
x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

No município de Água Azul do Norte, o percentual da área coberta por floresta manteve-se relativamente estável ao longo do período de 2019 a 2023, com variações mínimas entre 32% e 32,3%. Isso indica que, apesar de pressões ambientais, o município tem conseguido preservar parte significativa de sua vegetação nativa, ainda que o patamar esteja abaixo da média estadual. A estabilidade do indicador pode estar associada à ausência de grandes expansões agropecuárias ou à implementação de práticas mínimas de contenção do desmatamento (Gráfico 26).

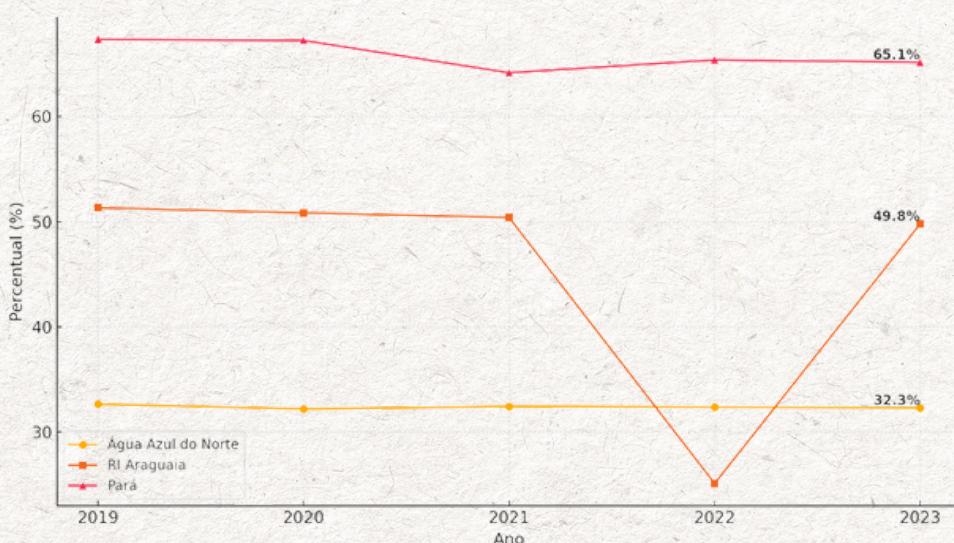
A Região de Integração Araguaia, por outro lado, apresentou uma tendência mais instá-

vel. Após manter cerca de 51% de cobertura florestal de 2019 a 2021, houve uma queda abrupta para 25,4% em 2022, com recuperação parcial em 2023, quando atingiu 49,8%. Essa oscilação pode refletir uma combinação de eventos de desmatamento pontuais com posterior recomposição por reflorestamento, ou ainda possíveis revisões metodológicas no mapeamento territorial da vegetação. De toda forma, a redução drástica em 2022 levanta preocupações sobre a vulnerabilidade ambiental da região (Gráfico 26).

O estado do Pará manteve-se como o território com maior percentual de cobertura florestal entre os analisados, variando de 67,3% em 2019 para 65,1% em 2023. Apesar da ligeira queda, os números demonstram resiliência da cobertura vegetal estadual, resultado de políticas de conservação em escala mais ampla. A manutenção desse índice é estratégica para o equilíbrio climático, a biodiversidade e a segurança hídrica regional, e também serve como referência para ações municipais de preservação e manejo florestal (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 32,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Água Azul do Norte apresentou um percentual de área desmatada extremamente elevado e estável durante o período analisado, mantendo-se em 66% de 2019 a 2023. Isso significa que aproximadamente dois terços do território municipal já se encontram sem cobertura vegetal nativa, o que coloca o município em situação crítica de degradação ambiental. A ausência de variação sugere que o desmatamento ocorreu de forma consolidada em períodos anteriores, e que o desafio atual está mais ligado à recuperação ambiental do que à contenção de novas áreas (Gráfico 27).

A Região de Integração Araguaia teve comportamento

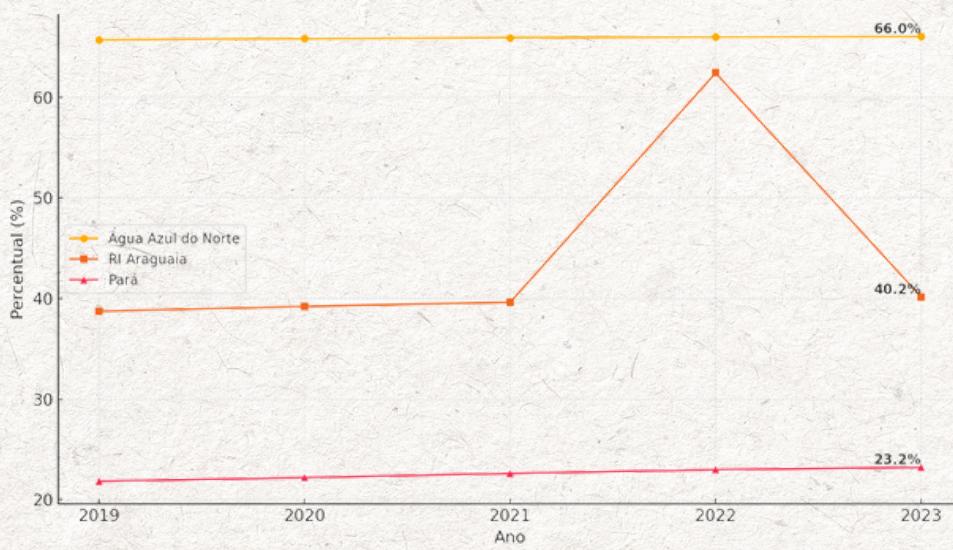
mais volátil. O percentual variou pouco de 2019 a 2021 (em torno de 39%), mas disparou para 66% em 2022, retornando para 40,2% em 2023. Esse salto pode indicar erros de medição ou eventos específicos de desmatamento em larga escala, como queimadas não controladas ou expansão desordenada de atividades agrícolas. A queda no ano seguinte, no entanto, sugere possibilidade de ajustes técnicos ou reversão de processos com ações corretivas ou reclassificações territoriais (Gráfico 27).

O estado do Pará registrou valores significativamente mais baixos, com crescimento gradual de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023. Embora

ainda preocupante, esse nível de desmatamento é consideravelmente inferior ao observado nos demais recortes, especialmente em Água Azul do Norte. Os dados apontam para uma maior capacidade estadual de gestão ambiental e controle do uso da terra, sendo crucial que políticas estaduais sejam estendidas ou replicadas nos municípios mais impactados, para frear os impactos do desmatamento sobre o clima, a produção agrícola e os recursos naturais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 66%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



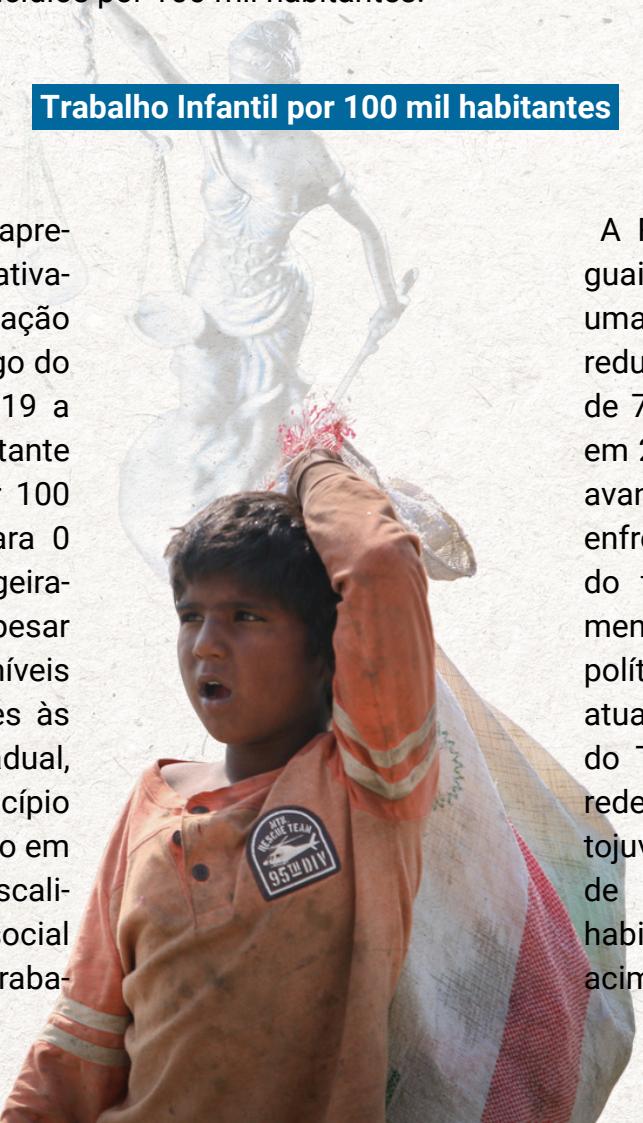
ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes



Água Azul do Norte apresentou um cenário relativamente controlado em relação ao trabalho infantil ao longo do período analisado. De 2019 a 2021, manteve-se constante em torno de 4 casos por 100 mil habitantes, caindo para 0 em 2022 e subindo ligeiramente para 6 em 2023. Apesar do aumento recente, os níveis continuam muito inferiores às médias regional e estadual, indicando que o município pode ter obtido algum êxito em ações de prevenção, fiscalização ou assistência social voltadas ao combate ao trabalho precoce (Gráfico 28).

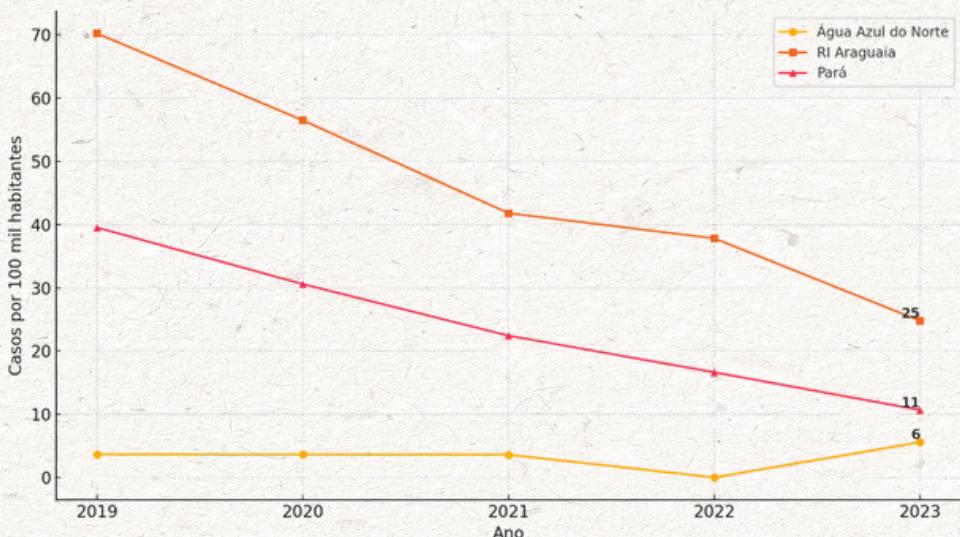
A Região de Integração Araguaia, por sua vez, apresentou uma expressiva e consistente redução no indicador, partindo de 70 casos em 2019 para 25 em 2023. Essa trajetória revela avanços significativos no enfrentamento da exploração do trabalho infantil, possivelmente impulsionados por políticas públicas regionais, atuação do Ministério Público do Trabalho ou ampliação da rede de proteção infantojuvenil. Ainda assim, o índice de 25 casos por 100 mil habitantes em 2023 continua acima dos parâmetros dese-



jáveis, exigindo continuidade nos esforços (Gráfico 28).

O estado do Pará também mostrou forte redução no período, passando de 40 casos por 100 mil habitantes em 2019 para apenas 11 em 2023. Esse progresso aponta para uma melhoria contínua na identificação e mitigação de situações de trabalho infantil em nível estadual. O desempenho do estado, ainda que positivo, deve ser consolidado com estratégias intersetoriais de longo prazo, associando educação, inclusão social e desenvolvimento econômico para erradicar a prática em seus núcleos mais resistentes (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Água Azul do Norte apresentou um crescimento acentuado na taxa de homicídios entre 2019 e 2021, saltando de 7 para 32 homicídios por 100 mil habitantes. Após um recuo para 22 em 2022, o indicador voltou a subir, alcançando 33 em 2023 – o valor mais alto da série. Esse padrão aponta para uma tendência de instabilidade na segurança pública local, com picos que podem estar associados a conflitos pontuais, criminalidade organizada ou fragilidade nas políticas de prevenção à violência (Gráfico 29).

A Região de Integração Araguaia manteve taxas de homicídio muito elevadas durante o período. O índice partiu de 39 em 2019, subiu para 54 em 2021 e, mesmo com recuo em 2023, fechou o período ainda em um patamar alto (42). Esse histórico demonstra uma persistente situação de violência letal na região, exigindo respostas coordenadas que combinem atuação policial, políticas sociais e projetos comunitários de pacificação e inclusão juvenil, especialmente em áreas periféricas ou de fronteira agrícola (Gráfico 29).

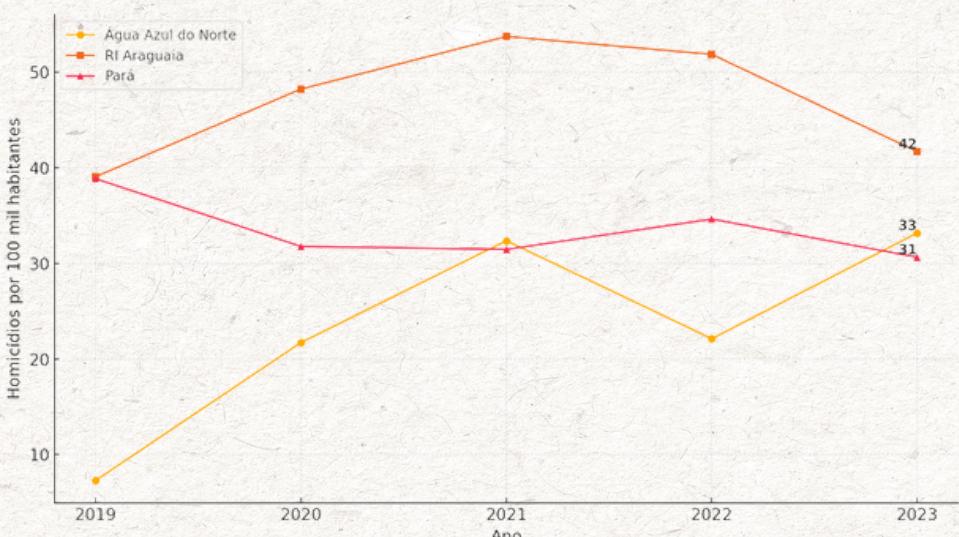
Já o estado do Pará apresentou maior estabilidade e trajetória de melhora no indicador. A taxa caiu de 39 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 para 31 em 2023, com leve oscilação no período. Ainda que os níveis permanecem elevados, a redução observada sugere avanços em políticas estaduais de segurança pública, como o fortalecimento da inteligência policial, investimentos em tecnologia e ações integradas com os municípios. A consolidação dessa tendência depende de continuidade e ampliação dos



esforços, especialmente nas regiões mais afetadas (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Água Azul do Norte manteve um patamar elevado de gasto público municipal em relação ao seu PIB, iniciando o período com 15,9% em 2018 e alcançando 16,6% em 2022. A única exceção foi em 2020, quando houve uma queda para 14,7%, provavelmente influenciada pelos impactos econômicos da pandemia da COVID-19, que afetou a arrecadação e a execução orçamentária em diversos municípios. A retomada nos anos seguintes indica recuperação fiscal e possível ampliação de investimentos públicos locais, reforçando o papel do gasto municipal na dinâmica econômica da cidade (Gráfico 30).

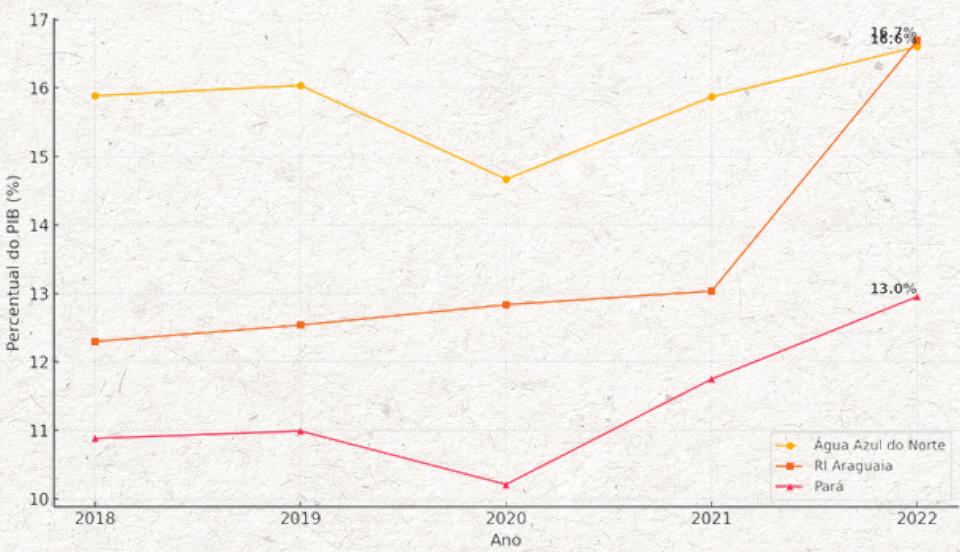
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

A Região de Integração Araguaia apresentou uma trajetória mais gradual, com crescimento constante de 12,3% em 2018 para 16,7% em 2022. O salto mais expressivo ocorreu entre 2021 e 2022, com um aumento de quase 4 pontos percentuais, o que pode refletir uma ampliação das transferências intergovernamentais, maior execução orçamentária regional ou expansão da atuação pública nos municípios da RI. Essa evolução posiciona a região, ao final da série, em patamar levemente superior ao do próprio município de Água Azul do Norte, sugerindo reforço regional nas políticas públicas (Gráfico 30).

Já o estado do Pará, embora

com menor intensidade relativa, apresentou crescimento no indicador ao longo do período, passando de 10,9% do PIB em 2018 para 13,0% em 2022. A variação foi mais contida e estável, indicando um esforço de ampliação dos gastos públicos de forma compatível com a expansão econômica estadual. Ainda que abaixo dos níveis municipal e regional, o avanço do Pará neste quesito sugere uma valorização progressiva do papel do setor público estadual na indução do desenvolvimento, especialmente em áreas prioritárias como infraestrutura, educação e saúde (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, Água Azul do Norte apresentou crescimento constante na taxa de acesso à banda larga fixa, passando de 2,2 pontos por 100 habitantes para 5 pontos. Embora o aumento indique avanços em conectividade, o patamar ainda é consideravelmente baixo em comparação com os demais níveis territoriais. A expansão mais expressiva ocorreu entre 2021 e 2022, refletindo provavelmente a aceleração de investimentos em infraestrutura digital durante e após a pandemia, quando a demanda por acesso à internet aumentou significativamente (Gráfico 31).

Na Região de Integração Araguaia, o crescimento foi

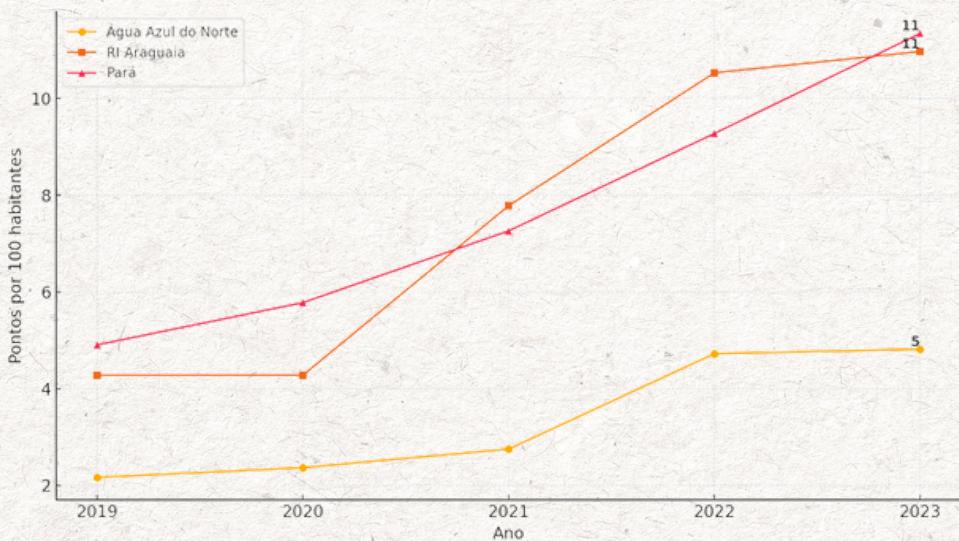
ainda mais significativo. O indicador partiu de 4,3 pontos em 2019 e mais do que dobrou até 2023, atingindo 11 pontos por 100 habitantes. Esse avanço revela uma forte expansão da cobertura e disponibilidade de serviços de banda larga na região, o que pode ter sido impulsionado por políticas públicas regionais de inclusão digital, parcerias com operadoras ou ampliação da malha de fibra óptica. A RI superou o patamar estadual em 2022 e manteve essa dianteira no ano seguinte (Gráfico 31).

O estado do Pará também apresentou evolução constante e expressiva, saindo de 4,9 pontos em 2019 para 11 pontos em 2023. O crescimen-

to estadual foi mais equilibrado ano a ano, indicando um esforço consistente de expansão da infraestrutura digital em todo o território paraense. O alcance de níveis superiores a 10 pontos por 100 habitantes reflete uma tendência positiva de inclusão digital no estado, embora ainda existem desafios em áreas menos urbanizadas, como se observa no desempenho mais modesto de Água Azul do Norte. Esses dados reforçam a necessidade de políticas específicas para ampliar o acesso à internet em pequenos municípios e zonas rurais (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 8,6 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2019-2023)



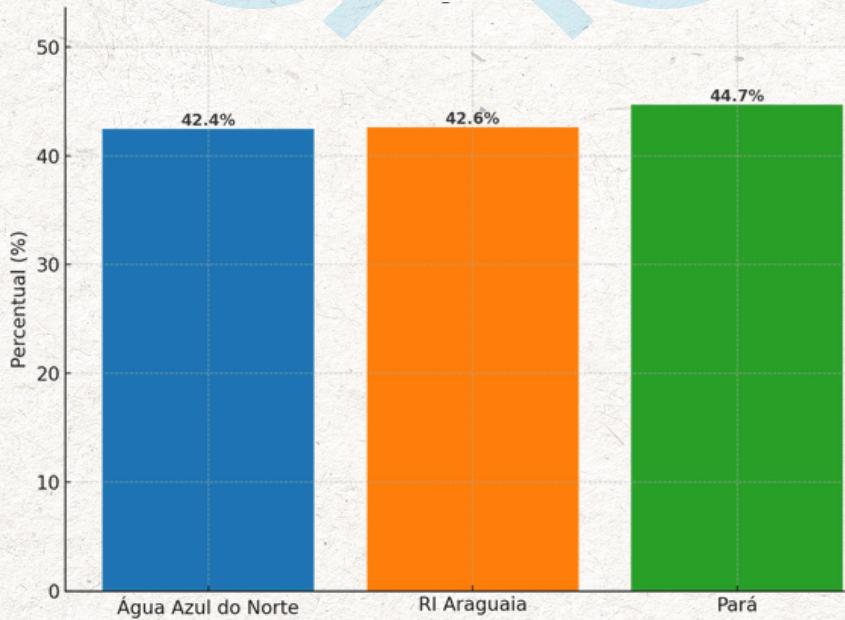
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Água Azul do Norte** registrou um IDS de **42,4%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Água Azul do Norte x RI Araguaia x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



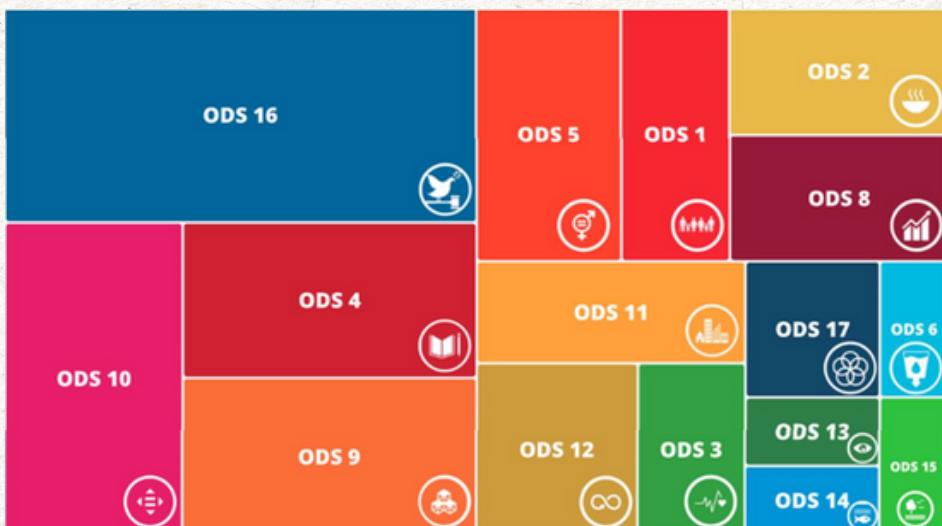
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vici-

nais, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Aveiro na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e

valorização das atividades florestais não madeireiras, conforme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conser-

vação de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

